

ATA N.º 260

----- Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de dois mil e vinte, na sede da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, reuniu a Assembleia Municipal, ordinariamente, sob a presidência de Mário José Costa da Silva, que a convocou ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 30º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Ordem de Trabalhos

1 Período da Ordem do Dia-----

- 1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara-----
- 1.2 Regimento – Alteração-----
- 1.3 Orçamento Municipal 2020-----
- 1.4 Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental-----
- 1.5 Responsabilidades Contingentes de 2019-----
- 1.6 Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais-----
- 1.7 Mapa de Pessoal de 2020-----
- 1.8 RIVD – Relatório 2019 e Plano de Ação 2020-----
- 1.9 CPCJ – Relatório 2019 e Plano de Atividades 2020-----
- 1.10 Afetação ao Domínio Público-----
- 1.11 A25 – Moção pela Abolição de Portagens-----

----- O presidente da Assembleia Municipal declarou aberta a sessão pelas dezassete horas e vinte minutos.-----

----- O presidente deste órgão solicitou ao primeiro secretário para proceder à chamada e verificar se havia quórum.-----

----- Depois de realizada a chamada, constatou-se a presença dos membros:-----

- Ana Cristina da Silva Tavares-----
- Ana Maria Tavares Mendes-----
- António Augusto Macedo de Cruz-----
- António Carlos Bivar Branco e Penha Monteiro-----
- António Fernando da Silva Dias-----
- Beatriz Manuel Lourenço Soares-----
- Carlos Manuel Martins Tavares-----
- Cesário da Costa Martins-----
- Cipriano de Arede Nogueira-----
- Custódio Tavares Pereira de Lima-----
- David da Silva Alves-----
- Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva-----
- Edite Bastos Rodrigues-----
- Elmano Jorge Ribeiro da Silva-----
- Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----
- José Carlos Ribeiro de Sousa-----
- José Luís da Silva e Almeida-----
- Júlio Martins Fernandes-----
- Luís Filipe Tavares da Silva Pedro-----
- Mariana Fernanda Martins de Bastos-----
- Mário José Costa da Silva-----
- Patrícia Sofia Martins Santos-----
- Paula Cristina Dias Coutinho-----
- Paulo Alexandre Pereira Henriques Lourenço-----
- Pedro Miguel Martins Mendes-----
- Renata Liliana da Costa Marques-----
- Sérgio Soares da Silva-----
- Tony Pedro Ribeiro Martins-----

--- Da Câmara Municipal foram registadas as presenças de António José Martins Coutinho, Presidente; José Manuel Barbosa de Almeida e Costa, Vice-presidente; Maria Elisabete

Martins Henriques, Raul Alberto da Conceição Duarte, Paulo César de Bastos Martins, Pedro Amadeu Fernandes Lopes Lobo e Ricardo Manuel Tavares da Silva, Vereadores.----

--- Foram registadas as seguintes faltas: Alexandre Paulo Tavares Machado, que foi substituído por Cesário da Costa Martins; Ana Patrícia da Silva Ferreira, que foi substituída por Renata Liliana da Costa Marques e Jorge Manuel Henriques da Graça, que foi substituído por Iolanda Maria Ribeiro Silva Matos-----

--- Nesta ata alterou-se a forma de apresentação (para a primeira pessoa) nas intervenções.

Presidente da Assembleia Municipal - Antes do início da ordem de trabalhos, uma primeira nota em nome da mesa, para agradecer a forma como aqui fomos recebidos pela Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga, um agradecimento na pessoa do senhor Custódio Lima e dizer, também, que esta é a segunda sessão que nós fazemos em termos de descentralização das sessões, onde começámos em dezembro do ano passado, com a deslocação à freguesia de Couto de Esteves. Aproveitando, também, as obras do edifício dos paços do concelho, mas é já uma ideia anterior, portanto, já tinha sido proposta pelos vários grupos de, durante o nosso mandato, termos alguma descentralização e podermos levar estas sessões ordinárias às freguesias. Começámos por Couto de Esteves que foi, durante séculos, sede do concelho, a par com Sever do Vouga, e hoje é com muito agrado que estamos em Pessegueiro do Vouga que, antes de Sever do Vouga ser concelho, foi aqui em Pessegueiro, em Nogueira, e só há pouco mais de quinhentos anos é que passou para Sever do Vouga. Portanto, também pelo seu simbolismo histórico, para nós é muito bom, é muito gratificante estarmos aqui em Pessegueiro do Vouga. Senhor Custódio, em nome da mesa, muito obrigado pela forma como nos receberam e como tornaram este espaço, de facto, muito digno e muito acolhedor para todos nós.-----

Custódio Lima - Saúdo o presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, o senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhora vereadora, senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, público presente, comunicação social. Começo por dar as boas-vindas a todos os membros desta Assembleia, bem como todos os membros do executivo da Câmara Municipal aqui presentes. Naquela que é a segunda Assembleia Municipal descentralizada, é uma honra receber-vos nesta casa, nesta freguesia, pela qual luto, diariamente, procurando trazer melhores condições a todos os habitantes, mas, também, a todos os que a visitam diariamente. Que esta reunião seja um exemplo para as próximas que se avizinham, desejando que todos se sintam em casa. Boa sessão.-----

--- Seguidamente, passou-se ao primeiro ponto da ordem de trabalhos desta sessão.-----

-----**Ordem de trabalhos**-----

1 Ata – Foi apreciada a ata n.º 259, da sessão de 13 de dezembro de 2019, a qual foi disponibilizada em tempo aos membros para consulta e análise, pelo que se dispensou a sua leitura, e foi aprovada, por unanimidade, com os votos a favor dos membros Ana Tavares, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Martins, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Jorge Graça, José Sousa, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

2 Correspondência:-----

Presidente da Assembleia Municipal – Para conhecimento, foram disponibilizados os relatórios que foram enviados pelas freguesias de Sever do Vouga, Pessegueiro do Vouga, Silva Escura e Dornelas, relacionados com os acordos de execução, relativos ao segundo semestre de 2019. Para além desta correspondência, deu também conhecimento de que recebeu o convite da Banda União Musical Pessegueirense, para o concerto de ano novo, realizado no dia 5 de janeiro; da Assembleia Municipal de Viseu foi dado conhecimento, no dia 13 de janeiro, da aprovação, por unanimidade, da moção pela abolição das portagens na A24 e na A25; um agradecimento do Vouga Sport Clube pelo apoio

concedido ao seu plano de atividades durante o ano de 2019, um convite para as comemorações do seu 40º aniversário e 30º aniversário do ralicross em Portugal, no dia 1 de fevereiro; da Assembleia Municipal de Mangualde, foi dado conhecimento, no dia 3 de fevereiro, da aprovação, por unanimidade, da moção pela abolição das portagens na A23, A24 e na A25; convite da Câmara Municipal para assistir às cerimónias do 13º capítulo da Confraria Gastronómica de Sever do Vouga, inserido na abertura da 20ª Rota da Lampreia e da Vitela de Sever do Vouga, que ocorrerá no próximo dia 14 de março. Dar, também, conhecimento que, em resposta às solicitações anteriores feitas ao presidente da Assembleia Municipal, informo que o senhor presidente da Câmara Municipal remeteu, no dia 24 de fevereiro, à senhora presidente da Comissão Política Concelhia do PSD de Sever do Vouga, Paula Coutinho, os relatórios do Ecocentro – Valorização Ambiental, da piscina municipal, da Rota da Lampreia e da Vitela de Sever do Vouga 2019. Relativamente às obras do Centro Escolar e à listagem de obras, bem como a execução física e financeira das mesmas, o respetivo esclarecimento foi remetido para a informação escrita do presidente da Câmara Municipal que hoje analisaremos. Dar-vos, também, conhecimento que foram indicados, pelos grupos municipais, para integrarem a equipa de trabalho que preparará o Orçamento Participativo 2020 são os seguintes elementos: Renata Liliana da Costa Marques, pelo PS, Diana Clara Bastos Rodrigues de Paiva, pelo PSD e Ana Cristina da Silva Tavares, pelo CDS. Recebemos, também, o convite da Associação Nacional das Assembleias Municipais, do Centro de Valorização de Eleitos Locais e da Assembleia Municipal de Anadia, para uma sessão subordinada aos temas “Os Poderes da Assembleia Municipal” e “A Assembleia Municipal e as Questões Financeiras”, que terão como oradores convidados os professores Cândido Oliveira e Joaquim Rocha. Esta sessão terá lugar no dia 07 de março no anfiteatro do Museu do Vinho da Bairrada e qualquer membro desta Assembleia Municipal poderá inscrever-se através do *link*, por mim, previamente enviado para os líderes dos grupos municipais. Por fim, em nome dos grupos municipais, propúnhamos um voto de pesar pelo falecimento no pretérito dia 20 de janeiro, de Sebastião Tavares de Pinho, professor catedrático aposentado da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e insígne severense, nascido em Rocas do Vouga. Figura maior da cultura portuguesa, deixou uma vasta herança pedagógica porque cativou e encantou gerações de estudantes que, ainda hoje, recordam as suas aulas, o seu saber e a elegância da arte com que o transmitia. A obra científica é vastíssima e reparte-se por dezenas de livros e centenas de artigos, desde trabalhos sobre autores clássicos, onde pontificava sobretudo Cícero, a obras de autores latinos renascentistas. Homem generoso e afável, reto, íntegro e justo, nunca esqueceu a sua terra e as suas gentes, disponibilizando-se sempre, de forma livre e voluntária a colaborar com o município e com o movimento associativo, nas mais variadas ações e atividades. Assim, a Assembleia Municipal reunida aos 28 dias do mês de fevereiro, manifesta o seu pesar e apresenta as suas mais sentidas condolências à família. -----

Alguém vota contra este voto de pesar? Alguém se abstém? Voto de pesar ao professor Sebastião Tavares de Pinho aprovado por unanimidade. Passaremos, então, ao período de antes da ordem do dia. -----

-----3 – Período Antes da Ordem do Dia-----

3.1 – Assuntos de Interesse Local-----

----- O presidente da Assembleia Municipal solicitou aos membros que pretendiam inscrever-se para intervir no período de antes da ordem do dia, que transmitissem essa intenção, com vista a realizar-se o registo e à chamada por ordem de inscrição ou alternada nos termos regimentais.-----

Tony Martins - Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhoras e senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e restantes membros do executivo, senhores presidentes das Juntas de Freguesia, comunicação social aqui presente, minhas senhoras e meus senhores. Em primeiro lugar, a bancada do PSD quer, aqui, expressar uma palavra de agradecimento à Freguesia de Pessegueiro do Vouga,

na figura do seu Presidente de Junta, Custódio Lima, por ter disponibilizado este espaço e toda a logística envolvida e agradecer, especialmente, à população pela presença, pois, certamente, contribuirá para uma maior abertura, transparência e aproximação das pessoas com as estratégias e decisões políticas do concelho. Salientamos que estamos atentos às necessidades do concelho em geral e particularmente das freguesias. Para mim, esta Assembleia Municipal é especial. Especial, porque se realiza na minha freguesia. Pessegueiro é importante para o concelho. Em primeiro lugar, pela sua localização, sendo uma importante “porta de entrada” para o concelho. O facto de conviver paredes-meias com a sede do concelho, leva-nos à necessidade urgente de pensar e planear obras e estratégias de desenvolvimento conjunto, como é o caso da estrada da Arrota e, mais importante ainda, a articulação da zona industrial dos Padrões e o pólo industrial da Gândara. Podemos, também, ver o potencial turístico através dos ex-libris como sejam a igreja e capelas, parque de merendas de Santa Quitéria, ponte Abade a Santiago, Ponte do poço Santiago, nova praça em estudo na Vinha Dónega e os restaurantes instalados ao longo do nosso, não menos importante, Rio Vouga. O Rio assume uma importância vital no nosso concelho e, em particular, nesta freguesia. Por esse motivo, vemos com bastante preocupação todos os factos ocorridos no passado dia 19 de dezembro, em que o rio subiu de uma forma rápida e descontrolada invadindo as margens da E.N. 16, impedindo a livre circulação, inundando casas, restaurantes e praia fluvial da Quinta do Barco. Este caos provocou enormes prejuízos e colocou a segurança em risco de pessoas e bens. Todos nos lembramos que esta situação já vinha sendo anunciada pela comunicação social dias antes (para não dizer semanas) com alertas de aviso laranja e vermelho. No entanto, parece-nos que todos estes alertas foram desvalorizados e subestimados e, assim sendo, houve ações de reação (se é que houve) e não ações de prevenção. Ainda bem que não houve qualquer vítima a lamentar e apenas danos materiais. Nesse sentido, perguntamos ao executivo e ao vereador com o pelouro da Proteção Civil, que ações preventivas foram tomadas e também que irão ser tomadas para que, no futuro, não voltem a acontecer situações semelhantes. Estranhamos a passividade com que toda esta situação ocorreu, com estradas cortadas sem aviso, informação escassa, inundações diversas, e após termos tido um exercício de simulacro que envolveu entidades oficiais e exercícios diversos, perguntamos, como foi possível chegar a este ponto?-----

Diana Paiva - Excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restante executivo, excelentíssimos senhores membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. As freguesias, pelas suas juntas, celebraram acordos de execução com a Câmara Municipal que pressupunha o pagamento trimestral do montante acordado, pelos trabalhos executados, assim como o envio de relatório relativos aos trabalhos executados, até ao final dos meses de janeiro e julho de cada ano os quais seriam discutidos na reunião seguinte da Assembleia Municipal. Logo aqui, senhor presidente da mesa, parece-me que houve algum erro ou lapso na elaboração da ordem de trabalhos, pois os relatórios foram incluídos na sua correspondência, quando não se trata de nenhuma correspondência dirigida ao senhor presidente da Assembleia Municipal, mas, sim, relatórios dirigidos ao órgão em si, Assembleia Municipal, e serem discutidos pelos seus membros. Quanto a esta situação, realço e registo a boa prestação de três Juntas de Freguesia: Pessegueiro do Vouga, Sever do Vouga e Silva Escura e Dornelas, que cumpriram o que lhes era exigido e entregaram os relatórios. No entanto, faltam relatórios de outras freguesias, o que sucedeu! Não realizaram trabalhos! Ninguém os foi verificar! Ninguém lhes demandou pelos relatórios. Se estão em falta, há que os exigir, é uma obrigação estipulada no acordo. Por isso, senhor presidente, faça o favor de os pedir, de os exigir. Quanto ao teor do mesmo, foi possível constatar que há alguns mais completos do que outros, embora todos cumpram o que é solicitado. Senhor presidente, vamos lançar o novo orçamento participativo, para este ano 2020. Já tivemos uma primeira reunião onde foi interessante a discussão sobre os pontos que seria possível melhorar, e logo aí foi possível constatar que há acordo em

melhorar, e, muito, a votação dos projetos, não só na fase inicial, mas também já na parte final e tentar dar o máximo de credibilidade a este processo democrático. Foi possível, ainda, verificar que as dúvidas surgidas sobre o anterior modelo de votação se revelaram válidas, pois que foi detetada fraude na votação, que as autoridades competentes tratarão de apurar o que for possível. Há que melhorar a divulgação do orçamento participativo, quais os seus objetivos, o que se pode alcançar e tentar chegar mais próximo de todos no concelho, pois, só assim se conseguirá uma verdadeira democratização neste processo. Por fim, quanto a este ponto gostaria de saber em que ponto se encontra a realização dos projetos ganhadores do ano de 2018, pois que, tanto quanto foi dado a perceber, ainda não estava concretizado o projeto vencedor.-----

António Monteiro - Muito boa tarde senhor presidente da mesa, senhor presidente de Câmara e demais vereação, senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, uma saudação especial ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro, senhor Custódio e público aqui presente. Queria começar por chamar a atenção para aquilo que são duas questões que, para o CDS, são fundamentais e que merecem, da parte da autarquia, do nosso entender, uma atenção especial. Sabemos que é fundamental para o desenvolvimento do concelho de Sever do Vouga aquilo que é o aumento da sua taxa de natalidade e a importância que os mais jovens representam para o crescimento desta terra para que cá se fixem. Mas ao mesmo tempo que é importante que se trabalhe no sentido de se fixar com emprego e com a oferta de qualidade para que os mais jovens cá se fixem, é fundamental que o concelho cuide dos mais velhos que cá estão e que são fundamentais para aquilo que é o tecido social deste mesmo concelho. E, confesso que, face àquilo que são as notícias da atualidade, em que, como sabemos, foi aprovada, na Assembleia da República, a legislação relativa à eutanásia, o CDS considera que é importante que as autarquias olhem pelos mais velhos para que não seja essa a solução que lhes é oferecida. E, por isso mesmo, fica aqui o desafio, senhor presidente de Câmara, para que se encontrem soluções para que haja uma velhice com dignidade, uma velhice ativa, uma velhice cuidada, para que não estejam ao abandono os nossos idosos e para que esta não seja a solução que os poderes públicos lhes oferecem, que não seja essa a escolha que é dada aos nossos idosos, que é escolherem pôr fim à sua vida. E, fica aqui o desafio, senhor presidente de Câmara, que tente encontrar-nos dentro daquilo que são as diferentes comunidades, formas de apoiar quem, muitas vezes, está sozinho porque os filhos foram trabalhar para sítios onde as oportunidades eram melhores, que muitas vezes têm dificuldades de deslocação, que, muitas vezes, nem consegue aviar na farmácia a totalidade dos medicamentos que lhes são receitados e exige-se ao poder autárquico, hoje em dia, que encontre formas de, cada vez mais, e de modo cada vez mais criativo, se encontrem soluções para essas mesmas pessoas que merecem que, depois de toda uma vida de trabalho e de toda uma vida a cuidar dos seus, que alguém cuide deles. Fica este desafio que eu considero que é um desafio importante que as autarquias consigam corresponder. É certo que, também temos problemas naquilo que é a gestão do nosso dia-a-dia da autarquia e já aqui se chamou a atenção para a questão das inundações que ocorreram e aquilo que nós sabemos é que, infelizmente, cada vez mais, vamos tendo este tipo de catástrofes e dificuldades, para as quais é preciso ter medidas ativas por parte da autarquia. Foram as inundações desta vez, há uns tempos atrás, dois anos, foi a queda de granizo que causou profundos prejuízos nalgumas zonas do concelho e nós temos que estar, cada vez mais, preparados para aquilo que são estes fenómenos extremos. Por isso mesmo, não é possível continuarmos a deixar que as condições no terreno se deterioreem, que não haja um cuidado atempado relativamente às limpezas. Reparámos que, obviamente, houve uma melhoria da limpeza das margens que registámos, não queremos deixar de, também, sublinhar nesta reunião, mas é evidente que também passa por as populações, por formar as populações e por integrar todos naquilo que é um conceito mais vasto de proteção civil e, aí, esse papel cabe, especificamente, ao senhor presidente de Câmara, que é a responsabilidade máxima, em termos de proteção civil, neste mesmo concelho. E, sendo assim, aquilo que nós

perguntamos ao senhor presidente de Câmara é, face àquilo que tem vindo a ser as ocorrências, em termos de intempéries que, periodicamente, têm causado estes prejuízos no concelho, sabendo nós que, a nível nacional, existe um fundo de emergência municipal exatamente para acorrer a estas situações, que diligências foram tomadas, por parte do senhor presidente de Câmara, no sentido de invocar essa mesma intempérie, essas mesmas inundações, no sentido de saber se, a nível nacional, esse fundo de emergência poderia ser acionado de modo a, não apenas reparar aquilo que são as infraestruturas municipais, que sofreram prejuízos, mas, principalmente, aquilo que são as pessoas, que é aquilo que, no fundo, nos move a todos nós, que soluções é que há para as pessoas que tiveram prejuízos e que, nesta altura, não sabem como lhes hão-de acorrer na medida em que nada tinha sido preparado no sentido de as proteger.-----

Paulo Lourenço - Boa tarde, senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente. Mais uma vez, dirijo-me aqui ao executivo com temas já abordados, aos quais foram prometidas logo soluções, mas que demoram a ser feitas, nomeadamente, e para começar, a pintura das estradas. Neste caso, a falta delas. Por exemplo, na vila, continuamos à espera que sejam feitas as obras de pavimentação para, depois, reporem as passadeiras, bem como as marcações rodoviárias. O tempo que esta espera leva, se essas marcações tivessem sido feitas, já estavam gastas e a precisar, novamente, de serem repostas. Na E.N. 16, por exemplo, agora que, após o desbaste, verifica-se, em determinados locais, que estão com um perigo acentuado e a proteção não se vê, portanto, estamos a aguardar que as inúmeras árvores plantadas cresçam e sejam uma proteção. Por certo estamos, também, a pensar que árvores serão aquelas, mas, com certeza, foram plantadas com critério e as qualidades também devem ser das melhores até porque, quem sabe, aquáticas, estão plantadas no leito cheio. E o leito do rio, para quando o desassoreamento e a limpeza? A quantidade de árvores, nem vou falar. Se tudo o que está nas margens vingar, vai ficar uma floresta mais densa do que estava anteriormente, voltando a bloquear a visibilidade que, neste momento, até é ótima. Por outro lado, foi-nos dado a conhecer que se pensa fazer um passadiço na margem do Vouga e, ao ritmo que estas obras são feitas por este executivo, com toda a certeza, já vão usar as árvores para segurar o passadiço. Por último, a Ponte Abade do Santiago, já por nós foi mencionado várias vezes as questões de segurança, os embates com os camiões, acidentes, agora foi cortada com as descargas da barragem e com as cheias. Não é melhor pedir uma inspeção de fundo e verificar, reagir atempadamente e não relativamente.-----

Paula Coutinho - Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente. É com agrado que verificamos o envio dos relatórios solicitados no dia 26 de abril de 2019, passados dez meses, repito, dez meses – mas como diz o ditado, mais vale tarde que nunca. Nesse pedido tínhamos solicitado o relatório do Ecocentro; o relatório do Centro Escolar (físico e financeiro); a lista das obras com a percentagem de execução física e financeira, mencionando os embargos e autos de suspensão; da piscina municipal os relatórios sanitários da delegação de saúde, da amostra da água, ou mesmo, dos serviços municipais, os que foram elaborados e entregues no último ano; o relatório sobre as atividades - Rota da Lampreia e da Vitela e o que recebemos foi pouquinho, ou melhor benzito. Ficou a faltar muita informação e o relatório do Centro Escolar. Mas não adianta estar a bater na mesma tecla, quando a vontade de esclarecer é igual à vontade de desenvolver – zero. O Ecocentro, uma grande obra, com todos aqueles problemas inerentes e soberbamente abordados em diversas reuniões. Serve ou não serve a população? Continuamos a ouvir queixas quanto ao seu funcionamento, mais concretamente ao seu horário – já alertamos e voltamos a fazê-lo da necessidade de adaptar o horário às necessidades dos severenses, ou seja, um horário pós

laboral. Senhor presidente, a Assembleia Municipal é um órgão fiscalizador - fomos eleitos para representar os severenses, fiscalizando e propondo políticas que vão ao encontro das necessidades dos severenses, bem como esclarecer situações menos claras. Nesse sentido, gostaríamos de saber qual a relação ou relações que existe com a EDP? Porque é que a câmara decidiu se substituir à EDP na construção da praia fluvial? Certamente não estaríamos ainda à espera da sua construção, por causa de pareceres, como o executivo vem mencionando. E por falar nisso, na EDP e em esclarecimentos. Afinal a árvore de Natal é, ou não, para permanecer? O senhor vereador Raul Duarte, aquando desta questão em reunião de câmara, informou que a mesma iria ser desmontada e ser guardada num sítio apropriado para que possa ser usada nos próximos anos. Eu pessoalmente adoro o natal e por mim, pode ser natal todo o ano. E ainda por falar em EDP, para quando os postos de abastecimento de carros elétricos? Já foi falado em reuniões, mas não foi concretizado, existe alguma data? Por falar em mobilidade elétrica, somos a solicitar que nos facultem todos os dados sobre o parque automóvel do município, entre os quais: quilómetros - se existe, ou não, registo de quilómetros por viatura e por dia; ano de matrícula e custos com a via verde. Como não temos nada a esconder, solicitamos essa informação, para avaliarmos e propormos ao município a sua substituição por veículos elétricos, com vista na renovação da frota e sustentabilidade ambiental. E antes que nos digam que isso custa dinheiro, alertamos que existem projetos que vão ao encontro dessa pretensão.-----

Presidente da Câmara Municipal - Muito obrigado, antes de mais, boa tarde a todos. Quero agradecer, também, à Junta de Pessegueiro por ter-nos recebido aqui nestas belas instalações, portanto, mais uma vez, incentivando a descentralização das assembleias, que é isso que se pretende. Começando por responder ao primeiro orador, Tony Martins, e com ele, uma vez que, eu ia começar por responder à questão das intempéries que foi abordada aqui por vários membros da Assembleia e deixava já a resposta para todos, foram, pelo menos, três, intervenções que colocaram essa questão. A questão das intempéries preocupou-nos bastante e nós atuámos como devíamos atuar na proteção civil. Por muito que se previsse que ia haver as chuvas intensas, nunca se está à espera daquilo que aconteceu naquele dia. Portanto, tínhamos montado o plano de proteção civil para esses dias e atuámos. Atuámos mais rápido do que era suposto, porque, se estivéssemos à espera de avisar que íamos cortar a estrada, se calhar, tê-lo-íamos feito tarde, portanto, atuámos, porque estávamos no local e andámos a acompanhar todo o dia e noite a evolução dos acontecimentos, portanto, fizemo-lo porque estávamos exatamente no local e sentimos que era necessário fazê-lo. Ainda assim, houve alguns incidentes que não eram previstos, também, na passagem de viaturas, contrariamente àquilo que eram as orientações de cima. Relativamente aos efeitos das intempéries, pois nós estivemos, e estamos, ainda, atentos e de imediato fizemos o levantamento de todos os danos que foram provocados pelas intempéries, nomeadamente, nos campos de cultura, mas, também, nos muros, nos espaços públicos e foram muitos e o município é, talvez, o mais prejudicado de todos. Na nossa avaliação superficial terá, à vontade, um milhão de euros de prejuízo, portanto, tudo isso foi inventariado e foi transmitido, a quem de direito, inclusive numa reunião direta com a senhora Ministra da Administração Pública e da Modernização. Portanto, foi-lhe transmitida a nossa preocupação e como é que íamos resolver estes problemas da intempérie. Foi, efetivamente, dito que, possivelmente, teriam que mexer e de aumentar o orçamento do fundo municipal para que ele possa vir a cobrir isso. Já tivemos uma intervenção desse fundo no ano anterior, relativamente a algumas situações que não foram tão graves como as deste ano, mas que foram cobertas por esse fundo, nomeadamente, na sequência do Leslie, tivemos alguns dos prejuízos cobertos por este fundo e, portanto, estamos à espera que saia, realmente, o despacho da senhora Ministra e o reforço das verbas para o FEM para que depois seja, realmente, prevista a cobertura de alguns desses prejuízos que nós contamos que assim seja. No entanto, alguns deles, ligados à produção agrícola, já abriu uma linha de apoio a essa situação onde já enviámos, para lá, alguns

pedidos de pessoas que tiveram prejuízos, nomeadamente ao nível de árvores de fruto, de terrenos inundados. Portanto, tudo isso foi para essa medida ligada à agricultura e vai voltar a ir para a outra do FEM porque, como disse, estamos a contar que essa medida venha a ser aberta com a hipótese de reforço de verba para dar cobertura a esses prejuízos. Não saberei até que ponto virão a ser todos cobertos, ou não, a percentagem global do prejuízo, mas, se for na base de aquilo que aconteceu com o Lesley, estamos convencidos que vai haver, efetivamente, e muitos desses prejuízos irão ser cobertos por esse fundo. Nós estivemos atentos a isso, fizemos logo essa intenção. Aliás, coincidiu um pouco com a visita que eu fiz, na altura, uma audiência com a senhora Ministra da Coesão Territorial onde lhe coloquei, também, a questão, portanto, tinha uma audiência marcada uns três ou quatro dias depois da intempérie, e, nessa altura, já lhe coloquei a questão e ela, o que disse, foi a mesma coisa, de que isso seria, em princípio, uma situação coberta pelo fundo de emergência municipal e que teria que falar com a senhora Ministra da Administração Pública, o que fiz numa reunião da CIRA, aliás, fui o único presidente de Câmara que manifestou preocupação com isso. Os prejuízos não foram apenas em Sever do Vouga, nem foram devidos à má atuação da proteção civil de Sever do Vouga. Os prejuízos foram em todo o Baixo Vouga, no Baixo Mondego, em Amarante, portanto, foi por vários locais e todas essas proteções civis atuaram como a nossa, na prevenção, também, sabíamos que as chuvas iam aumentar e, como digo, não era expectável que as descargas do rio fossem tão imediatas e tão grandes, mas estivemos atentos e agora temos que, através desse fundo, tentar resolver parte desses problemas, o que estamos a contar que assim aconteça. Portanto, estamos em sintonia em relação ao FEM, não é desconhecido para nós, porque nós já o tivemos e estamos atentos, estamos apenas a completar todo o registo global do orçamento final, porque, o que enviámos para lá, na altura, foram estimativas e uma listagem das ocorrências para sinalizarmos, logo, esses prejuízos. Relativamente às obras que o deputado Tony Martins abordou - estrada da Arrôta e a Zona Industrial da Gândara. A estrada da Arrôta é uma das obras que está listada como prioritária e que estamos a finalizar o processo de adjudicação do concurso, está praticamente completa ao nível de medições, caderno de encargos, portanto, está sinalizada como obra para avançar. Estará por dias, espero eu, o lançamento do concurso. A Zona Industrial da Gândara, eu não sei ao que é que se referia, concretamente. Se é aquela que temos prevista no PDM, que é uma obra condicionada a outra obra que toda a gente espera que venha a ser feita, que há, cada vez mais, não diria certezas, mas, cada vez mais, expectativas em relação à criação dessa via de acesso à A25 e a zona grande da Gândara, não é propriamente na Gândara, é muito mais abaixo, na serra. Não tem lógica nenhuma estarmos a construir uma infraestrutura que não tem as outras infraestruturas, portanto, ela será lançada com a passagem da via e está sinalizada em PDM para depois se candidatar. O que temos feito, neste momento, é candidatar outras zonas industriais para a ampliação direta que ficam na zona contígua àquela, nem seria, nunca, aprovada uma candidatura para a criação da zona industrial sem o acesso. A expectativa que temos é que ela será criada, efetivamente, quando arrancarem as obras da via de acesso à A25. O resto, tudo o que abordou, tem a ver com a intempérie de 19 e 20 de dezembro. Relativamente à execução dos acordos e o seu pagamento, e respondendo a Diana Paiva, ele tem sido processado normalmente. Os relatórios vêm à Assembleia não para serem votados e aprovados, é exatamente para conhecimento. São pagos conforme são elaborados os autos e verificada a sua execução. Relativamente ao projeto do Orçamento Participativo de 2018, deduzo de se esteja a referir ao projeto do Gresso. Neste projeto, a única coisa que falta para completar é a ligação ao caminho, que é uma coisa minúscula e que tem a ver com outra intervenção. Canil não falta lá nada. O ringue é no outro ano a seguir, em 2019. Os projetos de 2018 estão todos executados. Não tenho conhecimento que haja aqui nenhuma falta de execução em nenhum destes projetos. Relativamente ao Dr. António Carlos, para além da intervenção sobre as intempéries, falou na fixação e na valorização do idoso. É aquilo que nós fazemos. Temos feito uma política permanente de apoio às pessoas e aos idosos. Até

temos um CLDS (contrato local de desenvolvimento social) em Sever do Vouga, coisa que, nem todos os municípios têm e que aposta numa proximidade e que está a funcionar com uma equipa de apoio com projetos e atividades de apoio aos idosos e que já está a funcionar em pleno e cujo grande objetivo é, precisamente, o apoio à terceira idade. Portanto, estamos atentos a isso e sabemos que esse é um grande problema e preocupamo-nos com ele e fazemos uma política social bastante virada para a velhice, com condições e para que lhes criemos um envelhecimento saudável e ativo. E o CLDS, é uma das várias atividades que a Câmara tem de apoio à velhice, mas nós, por exemplo, temos uma política de apoio e subsídios às IPSS que ninguém tem, por aí, na região. Também com essa preocupação, embora as IPSS não trabalhem em exclusivo com a área da terceira idade, e nós temos uma fortíssima política de apoio a essas IPSS, até temos um contrato-programa com eles a dez anos em que está fixado como um apoio que damos diretamente para o desenvolvimento da sua atividade, para além do subsídio normal que levam anualmente. Portanto, temos andado a reforçar sistematicamente estes acordos com as IPSS. Além da nossa possibilidade, temos feito uma política de acompanhamento da terceira idade e da velhice ativa. Limpeza das margens é uma condição, aquilo que estamos a fazer na limpeza das margens do Rio Vouga, é o efeito de um projeto com uma candidatura aprovada, o ter muitas árvores ou muitos tubos ou poucos, aqui já aproveito para responder a Paulo Lourenço também, deixem-nas crescer porque aquilo é um projeto estudado, não foi porque nos apeteceu meter lá mais árvores, é um projeto estudado pela Universidade de Aveiro, na área do ambiente, para a proteção dos taludes, que está definido com regras de quem sabe. Não foi porque nos apeteceu. Portanto, as árvores que ali estão destinadas, grande parte daquelas que veem lá são arbustos de pequeno porte e são arbustos de proteção aos taludes e ao leito. Não vamos ali criar florestas porque o nosso objetivo era tirar de lá as florestas, portanto, é um esforço enorme aquilo que se fez e que se está a fazer no Rio Vouga e é uma pretensão de décadas que era a de retirarmos dali os eucaliptos e conseguimos fazê-lo e conseguimos trabalhar bem com as pessoas e com os proprietários e ter, hoje, quase toda aquela extensão com os terrenos a serem propriedade da Câmara e a serem intervencionados. Portanto, é antes de haver ali qualquer coisa. O projeto foi elaborado por especialistas, não só científicos da Universidade, mas também com o acompanhamento da maior organização ambiental do país, a Quercus, que acompanhou isto. Quando se fala de passadiços, toda a gente imagina um passadiço tipo de Arouca. Um passadiço é um local de passagem que pode ter algum suporte estrutural ou não. Um caminho é um passadiço, ou não é? Quando se pensa naquilo lá, não é fazer um passadiço inteiro, nem nunca o conseguiríamos. Aquilo que está pensado, para um próximo projeto a desenvolver lá, é, realmente, fazer um local de passagem de circulação e visita e que terá, possivelmente, algumas zonas com infraestruturas de passagem mais facilitada para as pessoas. Mas, na maior parte dos lugares, não leva nada disso, não leva estrutura nenhuma. O rio enche umas vezes e baixa outras, é o efeito de ser uma margem. A pintura da avenida era suposto, e aí, volto a dar a mão à palmatória, porque era suposto que isso estivesse feito antes desta sessão e não está porque, mais uma vez, a empresa falhou. Nós estamos a contar com a resolução deste problema através da caução da empreitada, que já terminou, e que estamos a acioná-la e estávamos a tentar resolver isto pacificamente com a empresa e a repor os cortes do pavimento para nós, depois, podermos fazer a pintura. É este o nosso objetivo. Já estamos a passar para outra coisa, que é mandarmos executar e acionar a caução porque estamos a ver que, possivelmente, a empresa vai arrastando, portanto, já temos a contabilidade desta execução preparada para mandarmos fazer acionando, depois, a caução da obra de há uns 5 ou 6 anos atrás. Leito do rio e APA, pois, o leito do rio é trabalhado com a APA, não somos nós que vamos lá meter máquinas e, depois, no dia em que andarmos lá a meter máquinas, temos a APA a mandar-nos parar as obras e a autuar-nos. É evidente que isto tem que passar. Este país ainda é um bocado burocrático, mas, é o que temos, portanto, temos de ter pareceres e avales das instituições e autorização para poder lá entrar e para podermos fazer aquilo que estamos a pensar fazer,

que é, alguma limpeza, em determinados locais, do leito do rio. A ponte do Abade, também é outra das situações que abordou. A ponte do Abade está devidamente vistoriada e com vistorias aprovadas da parte do IP, que é dono daquela estrutura, portanto, logo no dia das intempéries maiores, veio uma equipa de especialistas verificar os abalos provocados pela cheia. Mesmo aquilo que parece, a olho nu, que possa ter afetado, eles entendem que não. Aquilo que eles disseram é que está tudo bem e que não há problema nenhum com a estrutura da ponte. Relativamente à intervenção de Paula Coutinho, envio dos relatórios, senhora deputada, eu penso que foi enviado tudo aquilo que tinha sido solicitado. Lamento aqui, mais uma vez, que tenha sido um envio tardio, mas eu remeti algumas dessas situações para a comunicação da Assembleia de hoje que são, é o relatório de acompanhamento do Centro Escolar, por exemplo, vem aí, das outras obras também. Mandei-lhe as amostras de água. Penso que referiu que não tinha recebido, recebeu atuais? Enviei-lhes atuais, as últimas a serem feitas. Ecocentro, estamos atentos a essa situação do alargamento do horário, mas, o horário que tem tido, para já tem servido. Ainda esta manhã fiz uma visita ao Ecocentro, com a senhora vereadora, para ver como é que estava a distribuição dos materiais que têm chegado lá. De qualquer maneira, é nossa intenção reforçar o horário de funcionamento, de momento, temos alguma dificuldade com pessoal e estamos a admitir 2 ou 3 funcionários para essa área do ambiente e pensamos, com isso, poder alargar, de certa forma, o horário de funcionamento do Ecocentro. A relação com a EDP é muito simples, em relação àquilo que era a comparticipação da execução da praia fluvial da zona de fruição de Couto de Baixo. Eles protocolaram connosco um determinado valor para a obra e vêm-nos pedir, tal e qual como a Secretaria de Estado, antecipo agora já isto, a Secretaria de Estado de Administração Interna que nos vem solicitar, quanto às obras do posto da GNR, que tínhamos assinado um acordo prévio em que seriam eles a lançar a empreitada e agora vêm pedir que seja a Câmara a lançar a empreitada. Vou, para a semana, assinar um protocolo nesse sentido, fazendo eles a transferência da verba, pagando o valor que está estipulado e nós lançamos a obra e acompanhamos. Na altura, o protocolo que tínhamos com a EDP era de nós, também, acompanharmos o projeto de execução e os pareceres externos, nomeadamente o parecer da APA, portanto, é aquilo que estamos a fazer e eles, depois, transferirão a verba, aliás, já está cativa no nosso orçamento. Penso que abordei tudo... posto de abastecimento e carros elétricos. O posto de abastecimento de carros elétricos, concordo com a senhora deputada e nós temos estado a lamentar isto. Já nos foi prometida a execução deste trabalho não sei quantas vezes. Agora, temos um problema que estava para ser realizada há uma semana ou duas, e não pôde ser feita, ainda, porque agora, a EDP, que inicialmente tinha dito que o posto transformador que têm próximo do local onde queremos instalar o posto de abastecimento, que dava e que era suficiente, agora vem dizer que temos de mudar o posto de abastecimento para mais acima ou atravessar um cabo pela estrada, portanto, estamos a decidir sobre essa execução para colocarmos lá corrente, que é o que falta para eles virem instalar o posto de abastecimento. O parque automóvel, também estamos atentos a isso, não é só fazer candidatura, é fazer a candidatura e ela ser aprovada. Nós temos aprovada e vêm dizer que não é para já, o orçamento de estado tem que prever verbas para as candidaturas que estão aprovadas e ainda não tem lá, mas já temos a candidatura aprovada e estamos a preparar outra para mais uma viatura. Uma já está aprovada, estávamos a contar com ela, mas, veio agora uma nota da Secretaria de Estado a dizer que têm de cabimentar a candidatura, portanto, é neste ponto que estamos em relação aos carros elétricos. A árvore de natal, fiquei sem a certeza se gostava que aquilo se mantivesse ou se gostava que se tirasse... Neste momento, tirámos as luzes de natal e deixámos a fonte, não quer dizer que seja para permanecer, vamos ver o efeito. A ideia é desmontar porque temos um repuxo ao lado.-----**Sérgio Silva** - Senhores deputados municipais, senhor presidente da Câmara e senhores vereadores da Câmara, senhor presidente da mesa. Gostaria de cumprimentar, também, todos os Pessegueirenses aqui presentes e na pessoa do seu presidente, senhor Custodio,

dizer que é uma honra vir aqui hoje a esta assembleia. E é uma honra porque, permita-me, senhor Custódio, dizer-lhe que, dos mais de seis anos que levamos de mandato autárquico, tenho uma admiração especial por si. O senhor Custódio é aquela pessoa que nunca falta a uma reunião e que está sempre a tempo e horas, que atende sempre o telemóvel e que está sempre disponível para conversar sobre os assuntos de interesse para as freguesias. Obrigado, senhor Custódio, por nos receber na sua freguesia e obrigado pelo seu empenho. E é por estarmos nesta freguesia que quero aqui, hoje, falar de um assunto que, de certa forma, já foi aqui falado, que é o assunto das cheias do passado dia 19 de dezembro, e que o senhor presidente já disse que a Câmara é a mais prejudicada de todos. Até parece que diz isto com alguma satisfação ou como se isto atenuasse alguma coisa mas, no fundo, quem vai pagar os prejuízos da Câmara e dos privados vai ser o contribuinte. Quanto à inventariação dos prejuízos, eu vou deixar esse assunto para o senhor presidente da Câmara e hoje venho aqui falar do Plano de Emergência Interno de Ribeiradio-Ermida. Como sabem, a minha freguesia está a montante das barragens e, por isso, nunca será afetada pelas descargas ou por uma eventual rutura do paredão mas, como todos nós frequentamos a estrada do rio, este é um assunto transversal a todos os severenses mas, muito mais aos Pessegueirenses. Como sabem, também, o Plano de Emergência Interno foi apresentado à comunidade em março de 2016 e a esta Assembleia em abril do mesmo ano. Em ambas as apresentações estive presente e repudiei a leviandade com que a EDP, a APA e a ANPC estavam a tratar da segurança dos Severenses, nomeadamente no caso de haver uma rutura e de como este plano serviria para salvaguardar a segurança de quem circulava na estrada nacional 16 ou de quem mora a jusante das barragens. Da parte deste executivo e nomeadamente da proteção civil municipal, nunca me apercebi de nenhuma nota, nem de nenhuma intervenção, nem de nenhuma crítica, dando a entender que está tudo bem. E da parte da EDP, a resposta foi que estavam apenas a apresentar aquele PEI “apenas por uma mera obrigação legal”. Eu fiquei estupefacto com a resposta, que foi dada naquela sessão de apresentação no Vougapark e onde também estava presente o senhor vereador da proteção civil (que eu não sei qual a opinião sobre o assunto, mas até gostava de saber). Com isto gostava de perceber, também, porque é que no passado dia 19 de dezembro e pela calada da noite, num curto espaço de tempo, as descargas de Ribeiradio passaram de 300m³ para 1100m³/segundo e gostava de perceber, também, porque é que autarcas vizinhos tiveram a coragem de dizer que “a súbita subida da água teve a ver com as descargas brutais que a barragem de Ribeiradio fez”, e o presidente da Câmara de Sever do Vouga assumiu que “a culpa não seria da barragem porque quando a água é demais, não dá para parar, têm de abrir”. Senhor presidente da Câmara, consegue-nos explicar estes fenómenos?-----

Patrícia Santos - Senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de Junta, comunicação social e público presente, muito boa tarde a todos. Urge, aqui, falar, mais uma vez, de uma problemática que parece não ter solução ou, então, a displicência em relação ao assunto é muita, o que me gera preocupação enquanto munícipe. Mais uma vez, durante o fim de semana passado, tive um encontro, digamos que tenso, com uma pequena matilha de cães. Isto não é a primeira vez que me acontece e, pelos vistos, tem sido uma constante, também, com outras pessoas em diversos pontos do nosso concelho. Da primeira vez que, nesta assembleia, abordei o assunto, senti que não foi dada a devida importância ao mesmo. Certo é que, um ano depois, volto a falar no mesmo, mas agora as proporções são muito maiores do que eram há um ano atrás. Por todo o concelho, existem pequenas matilhas de cães e nada está a ser feito para controlar os animais. Em Pessegueiro do Vouga, há registos de vários ataques a galinheiros, na Gândara e já várias pessoas se sentiram ameaçadas por estas matilhas. Em Rocas do Vouga, vários galinheiros e currais de ovelhas foram atacados nos últimos tempos havendo queixas feitas, por escrito, no registo da Câmara Municipal. Ainda há poucos dias, um habitante de Mondim, Rocas do Vouga,

alertou a Câmara Municipal para a situação e a resposta que lhe foi dada, em primeira mão, foi que a Câmara não tinha um canil e pouco, ou nada, podia fazer, predispondo-se, em seguida, em deixar uma jaula com um isco, na localidade de Mondim, a fim de recolherem os cães, mas o certo é que, até hoje, ainda nada foi feito. Nem jaula, nem recolha. Custa-me saber que há vários moradores que já falam em envenenar os cães. Isto não pode ser uma solução, mas, se continuarem a não serem tomadas medidas, o mais certo é que isto aconteça, como já aconteceu no passado. Para agravar a situação, há quem alimente os animais e potencie possíveis ataques a pessoas, nomeadamente, a crianças. Crianças que já têm medo de brincar na rua ou mesmo de fazer o trajeto a pé para as paragens do autocarro e vice-versa. Não, os animais não podem morrer à fome e bem sabemos que os abandonos são constantes porque, infelizmente, cuidar de um animal exige algo que, nem todos os potenciais donos têm – responsabilidade moral e cívica. Mas é necessário um controle adequado dos animais errantes, como a esterilização dos mesmos, a fim de evitar o aumento da população canina. Se não temos um canil oficial, é hora de projetar e edificar um. Não podemos estar dependentes de outros municípios. Temos que saber acarretar com as responsabilidades que emanam de uma eleição. Os animais errantes fazem parte dessa responsabilidade. A dependência dos projetos conjuntos pode ser algo positivo, no futuro, a longo prazo, mas, a mesma gera espera. Anos de espera e, neste momento, nós não temos tempo a perder ou será preciso um ataque a um humano para que algo seja feito? Muito se alegra a bancada do PSD por ver o Plano Municipal de Saúde contemplado no orçamento municipal e com uma verba aceitável. Pelo menos, a verba já não é de cinco euros. Todavia, fica uma questão no ar. Saber quando passa esta medida de preventiva a efetiva e que irá potenciar o bem-estar da população. Numa época em que o país se prepara para uma possível epidemia, o que tem feito o município a respeito? Que medidas preventivas tem tomado? Ou ainda estamos na fase de esperar para ver, porque, como bem sabem, o nosso Centro de Saúde é, neste momento, um posto médico. Dois dos nossos médicos mais antigos estão quase a atingir a reforma, portanto, Silva Escura e Rocas do Vouga vão ficar sem médico de família. Que diligências estão a ser tomadas para repor estes médicos aquando da sua reforma ou teremos postos de saúde, praticamente novos, ao abandono e população medicamente desamparada? Iremos entupir o hospital de Aveiro de macas até que se lembrem de nós ou, como já sucedeu, em vários outros hospitais, morrer numa urgência de hospital? Compreendo que a vertente da saúde ainda não é da competência do município, mas compete ao município fazer pressão, junto das entidades competentes, para que atitudes sejam tomadas. Esse zelo, relembro hoje, foi uma das vossas promessas eleitorais. O povo quer ver atitudes porque, palavras levam-nas o vento.-----

António Dias - Excelentíssimos senhores presidente e mesa da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara, vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, senhores presidentes de junta, senhor presidente da Junta de Pessegueiro do Vouga, senhor Custódio Lima e Pessegueirenses, obrigado pela cedência deste espaço, senhoras jornalistas e público aqui presente. Segundo me informaram, em 27 de abril de 2018, foi proposto, deliberado e aprovado, por esta Assembleia Municipal, que a Câmara assumisse o transporte escolar gratuito a todos os alunos até ao 12º ano e tal não aconteceu até ao mês passado. Como é óbvio, a Junta de Freguesia de Talhadas foi pioneira e, em abril de 2019, assumiu esse custo, portanto, já agora, não pecam pela tardia, obrigado, pelo menos, por aceitarem algumas recomendações. Depois, não recebi resposta aos vários e-mails e solicitações que enviei à Câmara Municipal, tais como, a reparação das estradas e caminhos da freguesia solicitadas nas reuniões anteriores, 22 de fevereiro, 26 de abril, 28 de junho, 27 de setembro, 13 de dezembro. Algumas das estradas e caminhos que estão a necessitar de obras: Silveira, Arcas, Póvoa, Cortez, Seixo, E.N. 333 à Vide, Doninhas à Macida, Ereira à Vide, Vide ao Cortez, Vilarinho à Frágua, entre outras, ou seja, são mais as que precisam de obras do que as que não precisam. Gostaria de saber quando é que elas estarão reparadas. Se possível, gostaria de ter, hoje, finalmente, uma resposta. Já agora,

uma vez que as freguesias da parte de lá do rio não estão contempladas no pólo escolar. A Junta de Freguesia, desde o primeiro momento que tomei posse, está disposta a construir á um centro escolar. Gostaria de saber em que ponto de situação está isto na Câmara Municipal. Já agora, várias vezes pedi lombas de sinalização em vários lugares da freguesia. Continuam sem ser colocadas e continuo sem resposta. Como sabem, a Junta de Talhadas tem aprovado o novo Espaço Cidadão. Solicitou à Câmara Municipal o serviço de levantamento topográfico e, até hoje, nenhuma resposta. Isto dá a ideia que não respondem a ninguém, pelo menos, à Junta de Freguesia. Gostaria de saber, da parte do senhor presidente, quando é que me dará uma resposta. Já agora, em termos da zona industrial, portanto, nós estamos a estabelecer correspondência com a Câmara Municipal e gostava de comunicar, aqui, à Câmara Municipal que a Junta de Freguesia é do entendimento que a zona industrial tem que ser a sul porque são baldios. Depois, a Junta de Freguesia de Talhadas também está a tratar da construção de um armazém de apoio às atividades e estacionamento da freguesia e gostava de saber se há algum apoio da Câmara para este investimento, uma vez que também o fazem com as restantes freguesias. Há pouco falaram, e muito bem, da bancada do PSD sobre a ponte do Abade de Santiago, que liga Paradela a Pessegueiro, queria saber, por parte da Câmara Municipal, se está em perfeitas condições ou não, portanto, se foi inspecionada também gostaria de saber quem fez a inspeção, uma vez que é por onde passam as pessoas da parte de lá do rio e vice-versa. A praia fluvial do Rio Alfusqueiro, no Cortez, com as intempéries que houve nos meses de outubro e novembro, ficou toda escavada com as margens do rio em mau estado. Como sabem, há necessidade de inspecionar a ponte para ver se ela está ou não em condições, bem como colocar o piso, do lado do concelho de Águeda, freguesia do Préstimo, transitável. Comuniquei ao senhor presidente da Câmara telefonicamente e por e-mail, portanto, possivelmente terá algo a dizer sobre este ponto. Saliento que a época balnear, daqui a mais dois ou três meses, está a começar, portanto, com aquelas condições, ninguém lá consegue ir. Por fim, já falaram até numa reunião de Câmara, sobre o relvado sintético do Clube Recreativo e Cultural de Talhadas. Já colocaram em Rocas, Sever do Vouga e Pessegueiro do Vouga e gostava de saber quando é que colocarão em Talhadas, uma vez que estão em atividade. Termina, uma vez que hoje é em Pessegueiro, espero que a próxima vez seja na minha freguesia.-----

José Almeida - Senhor presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores membros da Assembleia Municipal, comunicação social, minhas senhoras e meus senhores. Boa tarde. Como Pessegueirense, é um prazer recebê-los na nossa terra, apesar de ser de Rocas, já moro em Pessegueiro há cerca de duas décadas e já tenho, pelo menos, dupla naturalidade. Com certeza que a Junta de Freguesia fez todos os esforços para reunir as melhores condições para que esta jornada seja um sucesso e aqui lhe manifesto o nosso agradecimento em nome da bancada do PS. Esperamos também que estas experiências de descentralização, porque correm bem, possam ser uma prática habitual para assim as nossas gentes se interessarem e participarem mais na causa pública. Esta assembleia decorre num período de acontecimentos internacionais conturbados. Felizmente e por enquanto mais que sentir, vemos o que um novo vírus pode fazer na ordem mundial. Coisas que tínhamos como seguras, adquiridas e controladas passaram a levantar muitas dúvidas e a ser questionadas. Viajar, conviver, conhecer novas realidades são ações postas em causa e somos levados a ficar confinados, não no nosso país, mas, praticamente nas nossas casas. O alarmismo que a comunicação social transmite é um facto indesmentível e raramente se vê nestes meios, em especial nas televisões, algum especialista a dar os seus conselhos e informações numa forma serena e desapaixonada, pois faria parar o negócio que a todos os níveis, o COVID-19 se tornou. Em Portugal, temos um sistema de saúde público, o SNS, que por muitos problemas que tenha e tem-nos; (agora sou muito conhecedor desta realidade), nos dá uma garantia de proteção suficiente para estes e outros casos pois, garanto-vos, as clinicas e hospitais privados, apesar de se multiplicarem como

cogumelos (aqui também falo com conhecimento de causa) têm um fim único, criar lucros para os seus investidores. E quando o lucro é o objetivo o resto é acessório e é muito importante para estes, que todos os dias hajam más notícias do SNS para que os seus negócios se possam manter e prosperar. Mudando de assunto, tenho de congratular a Câmara Municipal e a oposição por terem chegado a acordo quanto ao orçamento municipal, sem o desvirtuar porque quem governa e vai ter de prestar contas tem de governar com um documento em que se reveja, mas, tenho dois reparos. O primeiro, vejo sempre muitas exigências, em especial de dois presidentes de junta, de obras aqui, acolá e além, só é pena não acompanharem essas vontades com as estimativas de custo dessas obras para todos ficarmos a saber o que as mesmas nos custariam. O outro é que não sei se repararam, mas investir em infraestruturas neste tempo é quase descabido, temos é de investir nas pessoas que cá vivem. Deixo duas sugestões, a primeira, tentar articular com a nossa Escola e a Universidade de Aveiro, que os nossos alunos, que escolham ir para a universidade, escolham a UA pois seria uma forma de continuar mais ligados à nossa terra. Aqui a Câmara poderia tentar criar um serviço de transporte de ida e de volta o que evitaria terem de alugar quarto e fugirem aos preços especulativos de Aveiro. A segunda, aproveitarmos bem as potencialidades que a escola profissional que está no edifício do Vougapark com as suas cinco centenas de alunos, quase todos de fora do concelho, pode potenciar com a atração de novos e jovens moradores. Para terminar porque a agenda é longa, só mais uma achega, reparei pela leitura das atas, que alguns dos presentes nesta assembleia continuam a usar uma linguagem azeda, agressiva por vezes, para com o executivo camarário, não sei se ganham alguma coisa com isso mas aceitem um conselho, a vida ensinou-me que é com serenidade e bom senso que conseguimos atingir os nossos objetivos. Agradeço a atenção que me dispensaram.-----

Presidente da Câmara Municipal - Relativamente à intervenção do senhor presidente da Junta do Couto, quero dizer que a preocupação que ele tem, nós temo-la e a preocupação em relação ao plano de emergência interna foi manifestada na devida altura. Pelos vistos, a intervenção do senhor presidente da Junta também não valeu de muito para que esse plano fosse alterado, uma vez que ele se manteve assim. Agora, fomos apresentando algumas dúvidas em relação à ativação do plano e ao funcionamento do mesmo, temos e fizemo-lo por escrito, várias vezes, até à posteriori das reuniões que foram feitas. Portanto, fez aqui uma crítica que eu acho perfeitamente descabida, que é dizer que até parece que estava apenas ou sorridente com o facto de termos sido os maiores prejudicados das intempéries. Acho que isto não tem cabimento nem qualquer lógica na intervenção. Quando disse aqui, fomos, efetivamente, foi a parte pública mais destruída e mais afetada pela intempérie. Quanto à minha intervenção, não sei onde é que leu que tive muita coragem para dizer que a EDP estava isenta de culpas. Não o disse. Eu disse, várias vezes, não sou eu que posso atestar ou fazer essa avaliação, assim, a olho nu. Ao jornalista do Diário de Aveiro, disse outra coisa. Disse, “duvido que não tenha havido aqui algum descontrolo nas aberturas”. E acompanhámos isso durante esses dois dias, eu e o senhor vereador que andámos, sistematicamente, rio abaixo, rio acima, na estrada, enquanto foi possível passar na estrada, e em contacto com a proteção civil nacional e com o controlo de barragens que a EDP tem, sediado em Santarém, onde lhes foi dito, várias vezes, os senhores deviam abrir mais a água agora, vão precisar de abrir, e nós não somos técnicos nessa área, mas, sentimos, também, isso, e fazemo-lo chegar, portanto, não foi pela calada da noite, foi quando teve que abrir mais, porque a dimensão da abertura e da descarga para a barragem começou de manhã e foi aumentando. Nós, quer eu, quer o senhor vereador, enquanto fomos acompanhando isso, fomos dizendo que, se calhar, era melhor irem aumentando a abertura da barragem. E o que nos foi respondido, na altura, é que não haveria problema e, se o fizessem naquela altura, tínhamos, nós, a ficar mais satisfeitos e tínhamos os do Baixo Vouga a mandarem logo para cima a dizer que estavam eles com água a mais nessa altura, portanto, que estava sob controlo a abertura da barragem. Verificou-se, daí eu dizer que, hoje, e após aquilo, tenho algumas dúvidas se não houve,

ali, descontrolo nas aberturas e tenho-o manifestado, aliás, temos transmitido à EDP, à Greenvouga, neste caso, que é a empresa responsável da barragem, as queixas individuais das pessoas afetadas e as nossas, também, e, manifestando, com eles, a nossa desconfiança que há, ali, responsabilidade deles. Portanto, não ficámos calados, não temos aqui nenhum pacto ou nenhum acordo com a EDP no sentido de dizer que está tudo bem com eles, não é isso, é o contrário, portanto, continuamos a manifestar o nosso descontentamento e a nossa desconfiança, não posso afirmar que é devido àquilo porque, ainda na última intervenção, agora ouvi dizer que, uma das infraestruturas que nós vimos afetadas foi a ponte do Cortez. Que eu saiba, a barragem não afeta a ponte do Cortez. E, quando diz que um presidente é o meu colega de Águeda, eu disse tive a oportunidade de dizer-lhe logo, a água, realmente, é terrível, porque, ela, de vez em quando, volta para trás. A água da barragem de Sever do Vouga foi afetar as infraestruturas de Águeda. Isto é um absurdo completo, aliás, tive a oportunidade de lhe dizer isso. Tudo bem, cada um diz o que quer e o que lhe apetece e nós todos somos técnicos nestas coisas e eu não sou e, daí, dizer, eu não posso, taxativamente, dizer que há responsabilidade deles ou não há. Presumo e desconfio que tenha havido, ali, algum descontrolo nas descargas. Os técnicos é que avaliarão isso. E vai ser avaliada por uma equipa que está a trabalhar nisso para ver se há, ou não, responsabilidades da parte da intervenção da barragem. Relativamente à intervenção da Patrícia Santos, efetivamente, já disse, penso que, nesta Assembleia, algumas vezes, ser, para mim, talvez um dos maiores problemas que nós temos em Sever do Vouga. Não só de insalubridade, mas também, de segurança, a questão dos cães. Não conseguimos dar resposta a isso. Costuma-se dizer que o mal dos outros não é o nosso bem, mas é um problema que nós temos e, depois da saída de uma lei que vem para aí proteger em demasia, penso eu, os animais, estamos praticamente amarrados a esta situação, efetivamente, por falta de alojamento para os animais, porque já não temos capacidade, nem no nosso centro de acolhimento, nem nos canis vizinhos, ainda há dias pedi ao meu colega de São Pedro do Sul, ao colega de Ílhavo, e eles disseram que nem para os deles tinham, porque os seus canis estavam esgotados. O que é que fizemos na parte da recolha que era, para mim, o maior problema? Enquanto estamos a lançar 3 canis ao nível intermunicipal, já em concurso, um em Águeda, um em Ovar e outro em Aveiro para a recolha e acolhimento dos cães todos da nossa CIM, dos onze municípios. Mas, um dos grandes problemas, e este foi um dos casos que apresentei à senhora Ministra da Administração Pública. Quando falei nas intempéries, falei num dos outros problemas que Sever do Vouga tem e que a região tem e, se calhar, o país, que é a questão dos animais errantes, aliás, dali até saiu a sugestão de que essa lei seja rapidamente alterada. Transmiti-lhe que o nosso maior problema nem é o alojamento, é mais a apanha porque não temos quem os apanhe. Recorremos, há dias, a uma equipa externa, que fomos buscar a Águeda, porque, nós vamos lá montar as nossas armadilhas, jaulas, e eles não entram. Nas últimas semanas, com essa equipa já mais especializada, conseguimos apanhar alguns, um animal está no nosso armazém enquanto não transita para um canil. O mais difícil é apanhá-los e quando os apanhamos fazemos o mínimo, que é esterilizá-los e fazer com que não haja reprodução. Há municípios que fazem a esterilização e libertam-nos novamente para a rua. Sem haver alterações na lei não será fácil, tem que haver alguma dose de bom senso. Vamos ver com estas ajudas todas, mas é um problema grave que temos e que não conseguimos resolver. Em relação aos médicos, já disse à Câmara Municipal e a alguns elementos da Assembleia, a informação que eu tenho, e estamos atentos a isso, por parte do presidente do ACeS Baixo Vouga, é que ainda não há médicos. Há essa preocupação, porque ela existe, porque os médicos, quando chegam aos 65 anos, têm que ir para a aposentação, portanto, atendendo às idades que alguns deles têm, sabemos que esse vai ser um problema quando eles chegarem ao limite da idade. E já alertei o ACeS para isso e estão a par dessa situação. Isso é evidente que tem de ser repostado. Eu tenho-me preocupado com isso e com o funcionamento do Centro de Saúde. Tenho marcada, para a próxima semana, uma audiência com o senhor Secretário de Estado da Saúde, é um dos

problemas que lhe vou colocar e alertá-lo para as dificuldades que algumas unidades de saúde vão ter, por via da falta de médicos, para que ele não aconteça e para que ele, atempadamente, os reponha nos devidos lugares. Não há perspectiva nenhuma de encerramento de nenhuma unidade de saúde no concelho. Relativamente ao senhor presidente da Junta de Talhadas, e ao transporte dos alunos, tínhamos algumas questões de legalidade iniciais que ainda não estão concluídas, mas, contra isso tudo, mesmo correndo o risco de sermos chamados à atenção por algum incumprimento. Reparação das estradas, infelizmente, não é só em Talhadas. Temos um conjunto de infraestruturas e estradas que precisam de reparações e elas vão sendo feitas gradualmente, algumas em conjunto, estamos a preparar uma empreitada grande com muitas destas pequenas intervenções e vão ser feitas gradualmente conforme a degradação delas. Relativamente ao centro escolar, percebi aqui que o senhor presidente de Junta queria construir um centro escolar. Seria a Junta a construir o centro escolar? Felicito-o por essa vontade e pela carteira porque, pelos votos, tem uma carteira mais recheada do que a da Câmara. Tem que seguir os seus trâmites normais. Eu já lhe disse que nós teremos, brevemente, uma reunião do Conselho Municipal de Educação, portanto, isso obrigará à realização de uma alteração da carta educativa, tem que ser discutido lá, depois a construção é a fase final dessa vontade. As escolas, hoje, não se constroem onde nós queremos, é onde elas são necessárias e onde o ministério autoriza porque, nesta área, ainda é o Ministério da Educação quem manda, quer em relação ao planeamento como à escolha dos locais para as novas escolas. Portanto, tem que passar por esse processo de avaliação prévia para, depois, avançar. Aliás, até há apoios que possam vir da comunidade, não são autorizados porque as candidaturas não são autorizadas sem ter essas aprovações todas da parte do ministério e da parte do Conselho Municipal de Educação. Espaço do cidadão, eu registei aqui a questão do levantamento. Não sabia que isso ainda não tinha sido feito, mas vou fazer aqui pressão no sentido que o nosso topógrafo se desloque ao local para fazer esse trabalho. A localização da zona industrial, a mesma coisa, tem que manifestar essa vontade e dizer que é lá que quer porque isso também passa, como sabe, por um conjunto de pareceres e avales das entidades a montante e não é a Câmara a decidir isoladamente. Também é para isso, para que depois possam ser apoiadas ou não também passam por esse escrutínio todo das entidades externas. Relativamente à inspeção da ponte, volto a repetir que a ponte foi inspecionada por quem de direito, por quem tem o poder para o fazer e quem é o detentor daquela infraestrutura. Foi solicitada e mandaram uma equipa de inspeção ao local logo no dia a seguir à cheia maior. No dia 20 estavam aí e avaliaram devidamente a situação da ponte. Apoio ao armazém, sim, foi analisado e estaremos disponíveis para apoiar essa obra como fazemos com outras freguesias, portanto, não é por ser em Talhadas ou Pessegueiro ou Rocas ou noutro lado que não se faz. Estaremos disponíveis para apoiar, com certeza, e isso está para análise para ser proposto, uma vez que, se for um apoio direto ainda tem de vir à Câmara e à Assembleia. O relvado de Talhadas é a mesma situação. Não está inscrito no plano, nem no orçamento, portanto, é uma situação que está a ser avaliada em termos de performance do próprio clube porque tem tido um histórico que não é muito regular. Portanto, nós temos de ver se eles se fixam com uma atividade regular para não correremos o risco de estarmos a fazer um investimento que fique parado a seguir. Continuando, disse, falei na ponte e não falei na praia. Também estamos atentos a isso, ainda hoje falei ao senhor vereador que temos que fazer lá uma intervenção rápida de limpeza daquilo e a operação de regularização da ponte, a inicial, foi trabalhada conjuntamente com a Câmara de Sever do Vouga e a Câmara de Águeda e a reconstrução daquilo também vai ser trabalhada em conjunto, também, está a ser perspectivada para ser trabalhada a reposição da ponte. Em relação ao parque, o senhor vereador sabe disso, já lhe dei nota da necessidade de lá ir, pelo menos, brevemente, para pôr em condições de ela ser utilizável, o mesmo acontecendo em relação à praia fluvial da Quinta do Barco, é isso que, de repente, temos de fazer, é repô-la utilizável para a época balnear. Da intervenção do José Luís, registei aqui duas notas, uma é uma opção, aquela situação das infraestruturas e das pessoas, isso é

normal, concordando um pouco com isso. O grande objetivo da nossa intervenção, quer no mandato anterior, quer neste, aliás, o manifesto dizia isso, era pelas pessoas e também concordo um pouco com isso, que é muito mais importante atendermos às pessoas, daí àquela intervenção relativamente à questão do Dr. António Monteiro e associao aqui isto, também nós, damos preferência às pessoas do que às infraestruturas e as infraestruturas, algumas delas, estão concluídas. Ao nível das vias há muita coisa para fazer, que são reposições e é disso que estamos a falar e, depois, a questão dos transportes, eu acho que essa é uma ideia ótima, essa ideia que transmitiu, registei, porque a ideia de fixar gente através da facilidade de eles ficarem a estudar mais perto, por acaso este ano, e todos os anos, verifico as universidades para onde eles entram e voltei a verificar que, este ano, as entradas em Aveiro superaram todas as entradas no conjunto de todas as outras universidades todas, portanto, há que intervir na questão do transporte que, nós, entretanto, também já regularizámos algumas questões de transportes, mas que são apenas para ir e vir ao fim de semana e temos notado uma coisa, é que, são muito pouco utilizados. As pessoas pedem, mas, depois não utilizam, porque a maior parte já tem carro e não quer vir de autocarro, mas, a ideia de colocarmos aqui um transporte para Aveiro mais fortalecido para permitir esta carreira fica registado porque acho que a ideia é boa. -----
Depois de concluídas as intervenções registadas e os assuntos tratados no “Período de Antes da Ordem do Dia”, passou-se ao “Período da Ordem do Dia”.-----

----- 4 – Ordem do Dia -----

1.1 Informação Escrita do Presidente da Câmara: - Foi perguntado, pelo presidente da mesa, à Assembleia, se pretendiam colocar questões, ou se havia alguma dúvida sobre a informação. Aberto um período de intervenções, foram registadas as seguintes:-----
Pedro Mendes - Boa tarde senhor presidente da Assembleia, restantes membros da mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados municipais, cumprimento de forma especial o senhor presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro por nos receber aqui, na sua casa, cumprimento, também, a comunicação social e os restantes membros presentes, hoje, nesta Assembleia. Senhor presidente da Câmara, li, com toda a atenção, a informação escrita que me chegou e farei, aqui, algumas questões simples em função de algumas dúvidas com as quais fiquei e começaria, precisamente, pelo serviço de ambiente. É logo a primeira informação escrita que nós temos, em que nos dá conta da substituição da empresa que fazia a recolha dos óleos, sendo esta nova empresa Hardlevel. Gostaria de saber qual é que é o modelo de negócio que está associado precisamente à prestação deste serviço por parte desta empresa. No que diz respeito ao questionário e auscultação das necessidades de formação e implementação de novas ações, gostaria de realçar o facto de terem feito esta auscultação e questionava se podíamos ter acesso a este estudo, se podíamos ter acesso detalhado aos resultados deste estudo e que medidas é que preveem possam ser tomadas em função deste estudo, dado que estamos a falar de um conjunto importante de questões que são, aqui, apontadas e que, provavelmente, farão com que as empresas do concelho possam ser melhores e que possam, também, gerar mais emprego no futuro. Depois, verifiquei que está a ser feito um diagnóstico das carências habitacionais do concelho e fiquei com uma dúvida. Quem é que está a fazer este diagnóstico, é a Câmara Municipal que está a fazer ou é uma entidade externa e se sim, qual foi o tipo de contratação que foi utilizado para fazer este estudo? E questiono, também, quais os programas que existem, neste momento, ligados à habitação que poderão estar associados, no fundo, a este diagnóstico, porque, a seguir, verifico que fala no apoio ao arrendamento e, tendo em conta que temos alguns programas que, neste momento, que se foca, precisamente, na resolução dos problemas de habitação com base no apoio ao arrendamento, nomeadamente no primeiro direito, se algum destes programas está associado a este diagnóstico que está a ser feito. Relativamente à entrega de tablets aos estudantes de Sever do Vouga, do primeiro ciclo, questiono se esta entrega está a ser feita para todos os estudantes. Se não está a ser feita, quais os critérios através dos quais as

peessoas têm, ou não, acesso. Depois, no que diz respeito às obras, gostava de fazer uma primeira análise sobre o Centro Escolar de Sever do Vouga. Verificamos que há uma prorrogação graciosa de 310 dias relativamente a esta obra e questionava o porquê, ou seja, o porquê da atribuição desta prorrogação graciosa, sem penalizações, para a empresa que está a fazer esta obra e gostava de saber, há aqui uma outra obra que é a Reparação de Pequenos Troços e Largos III, é uma outra empresa que está a fazer a obra e, neste caso, eu verifico, pelo menos pela informação que tenho escrita, que estão previstas penalizações diárias a partir da data em que esta obra devia ter sido concluída, estamos a falar do dia 17 de janeiro de 2019 e questiono o que é que está a ser feito, se esta empresa está a pagar estas penalizações diárias e qual é que é a previsão de conclusão desta obra. Relativamente à Remodelação do Edifício Sede do Município de Sever do Vouga questiono, também, dado que temos 36 dias de prorrogação graciosa, o porquê, qual é que é a razão que está por trás desta prorrogação graciosa sem custos para a empresa que está a realizar esta obra e o fim da obra dizia aqui 20 de fevereiro de 2020, portanto, fiquei sem saber se já terminou ou se esta prorrogação é após esta data. Questiono, também, sobre a Reabilitação do Rio Fílveda, se o local está mesmo correto, ou seja, se é Rocas do Vouga ou se será outra freguesia do concelho de Sever do Vouga e, algo que me chamou, também, a atenção, ou seja, a data prevista para o término desta obra é o dia 8 de março de 2020 e verifico que a taxa de execução, neste momento, é de 0,00%. Finalmente, obras em fase de projeto final, algo que me chamou a atenção, a estrada de Dornelas a Silva Escura questiono, no âmbito desta obra, se os proprietários dos terrenos que estão associados a esta estrada, se foram, eventualmente, contactados, no sentido de poderem facultar terreno para que esta estrada, para que estas obras possam, no fundo, afetar esses terrenos e, se não foram consultados, quando é que está prevista esta consulta.-----

Presidente da Câmara Municipal - Peço desculpa, mas não percebi muito bem a segunda questão.-----

Pedro Mendes - Análise do questionário de auscultação das necessidades de formação e implementação de novas ações, ou seja, se podíamos ter acesso aos dados e o que é que está previsto fazer em função dos resultados que foram obtidos.-----

Paula Coutinho - senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal, e restantes membros, senhor presidente da Câmara Municipal, senhora e senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, entidades e público presente. É com muito agrado que vemos que vão ser instalados 12 “oleões” no concelho - pois já tinham chegado a nós várias reclamações pela inexistência de “oleões”, retiraram-nos sem dar qualquer explicação à população. Pergunto - para quando a sua instalação? Uma data, um mês... E a recolha do lixo, quando entra em vigor o novo protocolo com a empresa de recolha do lixo. Cada vez mais são as queixas dos munícipes relativamente a este assunto. Na cultura e turismo, falam e muito bem, da Campanha de Natal realizada em 2019, na preparação da Rota da Lampreia e da Vitela, do orçamento participativo, da comemoração da atribuição do foral, da Ficavouga e a Feira do mirtilo? O que já foi feito para a sua realização? Vai seguir os mesmos moldes? Senhor presidente continuamos a ter uma lista de obras incompleta. Inúmeras vezes solicitamos que no quadro das obras em execução estivesse mencionada a execução física e financeira e até à data só temos conhecimento da execução financeira. Posto isto e após análise do documento, continuamos a verificar um atraso notório em todas as obras. O Centro escolar em 3 meses aumentou a sua execução em cerca de 8 %, o que é muito pouco. Com esta projeção e analisando o que foi feito e projetando para o futuro, verificamos que não vai ser mais uma vez cumprido os prazos. Em reunião de câmara disseram que o empreiteiro iria colocar mais equipas na obra, pergunto, se isso já aconteceu e se garantem que vão cumprir o prazo estabelecido para a execução da empreitada? A abertura de covas no Cemitério de Sever do Vouga mantém a mesma execução que em 26 de novembro de 2019, bem como a reparação de pequenos troços e largos III, a plataforma elevatória de mobilidade no Centro das Artes e do Espetáculo e a Reabilitação da Fílveda. Para já não

falar de duas obras suspensas. Trata-se, portanto, de uma gestão corrente, sem investimento, sem desenvolvimento. A informação de gestão menciona isso mesmo, uma política orçamental que assenta numa gestão que adia e define o território. A execução orçamental, como mencionam e bem atinge no final do período um valor abaixo das previsões para o respetivo período - de facto 2019 correu muito mal e quem paga a fatura, infelizmente, são os munícipes que veem o seu futuro adiado.-----

Sérgio Silva - Boa tarde, mais uma vez. As comunicações escritas que nos são apresentadas nestas Assembleias, cada vez têm mais páginas, mas, cada vez respondem a menos às questões dos deputados municipais e do público presente e esta, mais uma vez, também, peca, porque não fala ou não explica como é a água anda para trás no Baixo Vouga lagunar, ou não, mas vamos deixar isso para uma futura comunicação escrita. Mas, deixe-me dizer, senhor presidente da Câmara, que, a esse nível, eu já assisti a opiniões suas diferentes da que teve na sua intervenção anterior. Uma coisa lhe posso dizer, da minha parte, e no que respeita a esse nível, e à defesa dos impactos negativos das barragens na população local, há mais de quinze anos, e o senhor tem acompanhado, eu tenho defendido os impactos negativos da barragem na população local e, especialmente, nas populações a jusante dos paredões. E o senhor também me parece que anda um bocadinho esquecido daquilo que diz. Diário de Aveiro, 19 de janeiro de 2020: António Coutinho já assumiu que “a culpa não será da barragem porque, quando a água é demais, não dá para parar, tem de abrir”. Depois, já esta semana, no dia 21 de fevereiro, diz um bocadinho diferente: sobre a responsabilidade da EDP, António Coutinho não toma uma posição - “não posso afirmar que há, ou não há, responsabilidade, tecnicamente não sei”. Isto exprimido, não defende nada do que são os interesses das populações locais e daquilo que devia ser a sua função. Tenho só duas questões para fazer mais. O centro escolar de Couto de Esteves já funciona, senhor presidente? E, por fim, o senhor já sabe por onde passa o caminho público para a ponte pedonal pública, construída sobre o Rio Gresso, na freguesia de Couto de Esteves?-----

António Monteiro - Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, reitero os cumprimentos de há pouco. Nós estamos, exatamente, no ponto da ordem de trabalhos que é obrigatório em todas as Assembleias Municipais em que a Câmara vem prestar contas do que fez. E é aqui que nos encontramos, neste momento, e é por isso, também, um momento muito importante, em todas as Assembleias Municipais, para que, não apenas os deputados, os senhores presidentes de junta e o público presente, mas que todos juntos possam fazer essa avaliação. O CDS tem a ideia muito clara de que as pessoas são fundamentais e que é preciso que Sever do Vouga volte a crescer, pelo que, tem que crescer com os que cá estão e reiteramos a nossa preocupação com os mais velhos e mais frágeis e com a necessidade de fixar a população, fixar os mais novos para que não vão para fora. Temos feito avisos incessantes e aquilo que nós, também, sabemos é que, não é possível, no mundo como o de hoje, ficar parado porque, quem fica parado não fica no mesmo sítio, fica para trás e, por isso é que é fundamental olharmos para aquilo que são as obras e os atrasos sucessivos que tem havido nessas mesmas obras. E, quando nós perguntamos por esses mesmos atrasos, as respostas que nós temos são, em regra, insuficientes. E quando, para além desses atrasos, a Câmara acaba por dar ainda mais prazo ao empreiteiro para essa mesma obra nós perguntamos sempre porquê e insistimos e voltamos a insistir e temos, ao longo de meses e anos, insistido por ter um relatório relativamente àquilo que foi o atraso na construção do Ecocentro e o senhor presidente já nos disse que tinha fornecido a informação escrita com a informação relativa a esse mesmo atraso. Peço imensa desculpa, mas, não forneceu. E sabe porque é que não nos forneceu? Porque aquilo que nós recebemos é um documento em que não tem, sequer, um timbre e não sabemos de quem é o documento. Qualquer pessoa podia ter feito aquele mesmo documento que é assinado sem que se indique em que qualidade é assinada, por aquela pessoa, aquele mesmo documento. O que nós esperaríamos é que, se é uma informação escrita do senhor presidente da Câmara, que essa informação fosse assinada pelo senhor

presidente e que assumisse a responsabilidade do que ali está. Se aquilo que nos está a reenviar é uma informação de terceiros, tem que identificar quem são essas pessoas e que responsabilidade assumem nesse mesmo atraso e, na informação que ali está, faltam dados fundamentais. Desde logo, uma pergunta que nós temos feito desde o início, se a obra teve que parar. Parou por responsabilidade de quem? Por responsabilidade do dono da obra, da Câmara? Por responsabilidade do projetista? E há que responsabilizar o projetista. Ou por responsabilidade do empreiteiro. A pergunta à qual o senhor presidente da Câmara tem que responder é esta: quem é que foi responsável pelo facto de não se ter podido concretizar a empreitada no prazo devido. A mesma pergunta, aliás, que acabou de ser feita pelo meu colega relativamente à obra dos Paços do Concelho que, pelos vistos, já está a ter uma prorrogação. A mesma preocupação em relação à obra da escola que, mais uma vez, também já chegámos à conclusão de que está atrasada. A mesma questão que se coloca às obras relativas a vias de trânsito que estão, também, atrasadas. Agora, dizerem-nos que houve um problema com envidraçados, nomeadamente no Ecocentro, que afinal não era um problema, que o portão principal tinha um problema, que os engates tinham um problema, depois, que apareceu um tubo e que esse mesmo tubo dificultou a obra. Com toda a franqueza, aquilo que nós queremos é saber dessa mesma responsabilidade e o mesmo se diga, agora, relativamente a uma questão, que também peço ao presidente da Câmara para esclarecer, que também nos forneceu informação escrita que, aliás, agradeço, relativamente à questão da concretização da praia em Couto de Esteves. Aquilo que nós verificámos, por essa mesma informação, é que a APA se queixou de falhas na cartografia que foi enviada, de que faltaria fazer o levantamento arqueológico e percebemos que ainda há trabalho por fazer por parte do município e aquilo que eu queria perguntar é se já se resolveu os problemas de cartografia para o qual a APA chamou a atenção e que novos passos vão ser dados para que se possa concretizar aquela mesma praia, como, aliás, todos aqui, na Assembleia Municipal, concordamos e a Câmara, também, concordamos que é prioritário. Agora, aquilo que nós verificamos nesta mesma prestação de contas, que a Câmara nos faz aqui à Assembleia Municipal, é que continuamos a ter um problema, desta Câmara, em conseguir concretizar aquilo a que se propõe, nos prazos a que se propõe, e que falha esse compromisso, não apenas perante a Assembleia Municipal, mas, fundamentalmente, perante todos os Severenses.-----

Diana Paiva - Renovo os cumprimentos de há pouco. Tenho reparado, senhor presidente, que a informação escrita, quanto aos processos judiciais, é sempre a mesma. E quando digo é sempre a mesma, refiro-me, não só, quanto aos processos, em si, mas ao estado dos mesmos. Eu bem sei que os Tribunais Administrativos e Fiscais são caóticos e funcionam mal, mas, mesmo assim, nenhum processo se encontra há mais de catorze meses em fase de contestação. Esta informação, nestes pontos, é bem reveladora da falta de cuidado e atenção com que se elabora este documento e tal vale, também, para as responsabilidades contingentes a ter conhecimento no ponto 3.5 da Ordem de Trabalhos. Não sei, no processo n.º 484/06.3BEVIS, o que se passa desde o dia 16/08/2016, quando foi entregue a contestação. Houve julgamento, não houve, houve sentença não houve? Remete logo para uma fase final de liquidação de quantias à Autora. O Município foi condenado, chegou a acordo, o que sucedeu! Senhor presidente, o processo 1469/17.0T8AVR, que é um PER, já se encontra encerrado há mais de um ano e inclusivamente já foi dada resposta pelo Meritíssimo Juiz a indeferir o requerido pelo Município. O processo crime 152/17.0T9ALB, poderá já ter tido mais algum desenvolvimento, mas nada é dito, nomeadamente se foi solicitada alguma informação pelo Ministério Público e se foi respondido dentro do prazo. O processo 1329/18.7BEAVR só é referido a contestação, mas esta já terá sido há muitos meses, no entanto gostaríamos de saber se houve mais desenvolvimentos e quais. O mesmo se passa nos processos n.ºs 1310/18.6BEAVR e 1273/18.8BEAVR, este último, então, tem uma contestação a ser elaborada há catorze meses. Sendo certo que, como já transmitido, este processo é o desenvolvimento do processo 30/2015, que já nem deveria constar nas responsabilidades contingentes. Os TAF

não são o melhor exemplo dos tribunais, mas o TAF de Aveiro também não é assim tão lento. Queremos saber mais pormenores destes processos. Quanto às reclamações apresentadas, senhor presidente, gostaríamos de ter mais pormenores sobre se realmente houve, ou não, entupimento das caleiras, ou desvio de águas para os locais. Realço, ainda, que quanto às responsabilidades contingentes, a informação, no que toca às contraordenações, é escassa, ou nula, pois continuamos sem saber quais as contraordenações e os valores envolvidos. Esta informação tem que se melhorar e atualizada.-----

Elmano Silva – Senhor presidente da Assembleia Municipal, senhor presidente da Câmara Municipal, senhores vereadores, senhoras e senhores deputados municipais, senhores presidentes de junta, comunicação social, um cumprimento especial ao senhor Custódio pela forma como nos recebeu e, também, um cumprimento a todos os presentes que quiseram assistir a esta Assembleia Municipal. A informação escrita nada fala do Carnaval de Sever do Vouga. Uma vez mais, registamos que o nosso concelho não teve atividade relevante neste Carnaval. Não tivemos, uma vez mais, o desfile das escolas do concelho, habitualmente realizado à sexta-feira e o Carnaval, em todo o concelho, praticamente, não se realizou. Mas, afinal, o que é que está a falhar? Apoio financeiro? Apoio logístico? Que apoios o município tem dado nos últimos dois anos, pois, podia e devia ser o município o impulsionador e do Carnaval no nosso concelho, dando apoio técnico e organizacional às associações, conforme foi referido pela deputada do PS, no último artigo do jornal local em que passamos a citar: “elas, associações, sentem dificuldades, confrontando-se com obstáculos, por isso, será necessária uma Câmara mais proativa edificando movimentos associativos uma vez que as coletividades são formadas por voluntários”. Infelizmente, isto vem ao encontro daquilo que temos vindo a alertar para a falta de estratégia de apoio e ações de juventude do nosso concelho. Ao contrário dos nossos vizinhos, Oliveira de Frades, Albergaria-a-Velha, entre outros, que os seus municípios dinamizaram grandes cursos carnavalescos que dignificam as suas terras. Não quero, com isto, equiparar, mas sim, manter viva uma tradição secular. Estamos a perder tradições e é importante apoiar as ações que representam as nossas raízes culturais, importantes para dinamizar a juventude do nosso concelho e, por sua vez, o turismo da região.-----

Presidente da Câmara Municipal - Começando pela intervenção de Pedro Mendes e sobre a recolha da recolha de óleos, nós tínhamos um contrato com uma empresa, até agora, que terminou porque, entretanto, fechou a atividade. Portanto, estamos numa fase de transição para outra empresa. Aquilo que temos com eles, a nível de custos, é pagar um prémio anual à volta dos duzentos euros. A renovação irá ser feita agora porque houve este hiato aqui, a outra terminou, o material era deles, os equipamentos eram deles, portanto, retiraram os equipamentos, e vão entrar novos equipamentos em funcionamento. Aquela questão da formação, aquilo é do Vougapark, enviar-lhe-ei, depois, a forma como foi feita. Relativamente à habitação, isso faz parte de uma legislação que saiu sobre a criação das estratégias municipais de educação em que os municípios tinham que concorrer, se quisessem. Portanto, nós concorreremos e ganhámos a candidatura para a criação da estratégia. A contratação da empresa foi por ajuste direto porque o valor do seu trabalho dava para ser feito por ajuste direto. Contratamos uma empresa com alguma experiência na área que, inclusive, trabalhou na área da habitação na Câmara do Porto. Portanto, foi dentro dessa perspetiva que nós fomos buscar, quem fizesse mais rápido e quem tivesse conhecimento na área da habitação, da reabilitação urbana, principalmente, dentro dessa área. O efeito só vem a seguir, quando a estratégia estiver cumprida. Aquilo que estamos a fazer agora é uma fase de diagnóstico para preparação da estratégia. A estratégia é que vai apontar quais são as vertentes e onde é que vai atuar o investimento e a procura de novos apoios para esse tipo de habitação, vamos ver o que é que sai, pode haver necessidade de construção nova, pode não haver, pode ser apenas na reabilitação e isso está a ser feito com a colaboração das juntas e das IPSS que estão a fazer essa recolha,

aliás, já a fizeram, a primeira fase já está recolhida, temos cerca de cinquenta casos, portanto, isto atua em todo o tipo de habitação, habitação com necessidades, habitação familiar, reabilitação de habitação para arrendamento, portanto, depois entra toda a situação do arrendamento social que nós já temos na Câmara, bem como, o apoio ao arrendamento. Vai, depois, dizer se há necessidade de atuar ao nível da habitação e da beneficiação, é neste sentido que é criada a estratégia. Os tablets, nós, em conjunto com o Agrupamento de Escolas, o qual entendeu que, hoje, alguns professores já não utilizavam os cadernos e que seria melhor, se calhar, inovar e apontar aqui alguma modernização no ensino e, portanto, vieram sugerir a compra de tablets em vez dos cadernos. Este ano, foi decidido adquirirmos tablets, um por cada dois estudantes, com a perspetiva que, no próximo ano, se atribuirmos mais um, dará para que todos utilizem um tablet. É nesta dimensão que foi feito o apoio, portanto, faltam entregar, penso que, seis tablets numa escola porque, entretanto, houve um aumento de alunos que transitaram para cá. Sobre a prorrogação do prazo do Centro Escolar e aproveito para responder, também, ao Dr. António Carlos. Foi uma prorrogação gratuita que a lei permite, portanto, foi baseado naquilo que a lei permite, fundamentado com as razões apresentadas pelo empreiteiro e com um pedido de parecer da CCDR neste sentido. Foi fundamentada legalmente e foi nesse sentido que ela foi aprovada. O que tínhamos em troca era não prorrogar e a obra não andava na mesma, portanto, foi uma decisão baseada naquilo que foi pedido pelo empreiteiro, mas com fundamento na lei. Sobre a empreitada dos “Pequenos roços III” e aquelas que não estão acabadas, os acertos e as penalizações são feitas no final da obra, quando se faz a receção da obra, fazem-se esses acertos que estão previstos, inicialmente, no contrato e na lei, portanto, ir-se-ão fazer, depois, os acertos às penalizações se tiver que haver lugar à penalização, porque, para haver penalização, é preciso que não haja contestação e que não haja justificação dada, portanto, esses acertos far-se-ão aquando da receção das obras. Em relação à obra do Fílveda e ao seu prazo de execução, também estou preocupado com isso, porque ainda hoje, de manhã, ao vereador disse isto, mas o que está aqui em causa não é obra complexa, isto é assentamento de obra, portanto, eles dizem-nos que, em 2 ou 3 dias que fazem o assentamento de obra, portanto, acredito que seja possível, é uma empresa com um grande *know-how*, portanto, sabem que o prazo está a esgotar-se. A estrada de Silva Escura a Dornelas, estamos no processo de abordagem dos proprietários para proceder às expropriações, já temos algumas, não as temos todas, portanto, é um processo que já se iniciou com as marcações e com a abordagem aos proprietários para completar esse processo de expropriação dos terrenos. Relativamente à Paula Coutinho, também a mesma história dos oleões, abordou, também, aqui, esse caso, portanto, entrará em campo uma nova empresa, para a semana, em princípio. Recolha de lixo, é um processo que é do conhecimento da Assembleia que tem a ver com um contrato intermunicipal com um agrupamento de municípios que nós temos com Estarreja, Águeda e Murtosa, é um concurso internacional e que ficou deserto no primeiro concurso. Está a ser lançado um novo concurso e o ponto de situação é este. No primeiro concurso concorreram acima do preço base e foram excluídos. Feira do mirtilo, também está integrada nos eventos e estamos a tratar dela, se não está na informação foi um lapso. Os relatórios físicos e financeiros, registei isto aqui, também, disse aos meus técnicos que quero que as próximas informações venham mais detalhadas relativamente àquilo que é o relatório de execução e não tão abreviada como está aí, que venha exatamente o relatório da execução física e financeira e não apenas a nota das percentagens de execução e isto vai ao encontro do relatório do Ecocentro. Será feita uma alteração à comunicação para ela ser mais explícita. O relatório do Ecocentro que relata, tem essas deficiências que apontou, e bem, vamos corrigir essa questão do técnico, quem assina o relatório é o técnico responsável pela obra, podia ter lá posto técnico ou engenheiro. É um reparo anotado aqui e que será corrigido, mas o relatório é aquilo, a suspensão vem lá a dizer quais foram os motivos e foram efetivamente estes, o atravessamento do tubo do saneamento da AdRA, que atrasou, um pouco. Daí o empreiteiro ter pedido a suspensão. Portanto, estão lá as

razões que levaram à suspensão. Não houve qualquer alteração significativa ou que prejudicasse a obra e que levasse a que houvesse uma modificação significativa do projeto ou trabalhos a mais, portanto, a obra foi suspensa por ser inconveniente, na altura, que as máquinas andassem a fazer o trabalho de colocação do tubo e as ligações do saneamento da ETAR da zona industrial. Centro escolar, efetivamente, ainda não está aqui aquilo que nós desejamos e temos andado, sistematicamente, a insistir com o empreiteiro, mas já houve, aqui, acréscimo de equipas. Atualmente, estão a trabalhar quatro equipas no centro, em áreas diferentes, portanto, está a andar. Nós consideramos que ainda está a andar devagar demais, mas estão no terreno equipas do AVAC, as equipas da caixilharia, as equipas dos arranjos exteriores já iniciaram. Habitualmente, teriam 16 ou 17 trabalhadores e estão nos 22 ou 23. Temos que andar sempre em cima do empreiteiro e da obra por causa disso, mas houve aqui, já, alguns melhoramentos. O cemitério tem um prazo de três anos, a execução daquilo é faseada, é conforme a necessidade, está feita a empreitada para os três anos e para a abertura de um número determinado de campas. Portanto, para que elas não estejam abertas, vamos retardando isto dentro do prazo. Relativamente aos impactos negativos da apontados pelo senhor presidente da Junta, eu sei, senhor presidente, eu tenho dito que o senhor mantém-se incoerente, exatamente, o senhor sempre foi contra a construção da barragem.-----

Sérgio Silva - Eu não disse isso. Disse que havia impactos negativos com a sua construção.-----

Presidente da Câmara Municipal - Mas eu percebi isso, o senhor tem dito de ser ou não ser favorável à construção ou desfavorável. Nós todos temos o direito de concordar mais com umas coisas e menos com outras. Eu, ao contrário, nunca fui anti barragem. Aliás, era uma reivindicação que levava 70 anos, penso eu, portanto, não havia assim tantas pessoas anti barragem como é feito crer por aí, mas, tudo bem, cada um tem a sua opinião. Relativamente às intervenções, volto a dizer, os jornalistas fizeram constar duas ou três notícias que lhes interessavam colocar, mas, vá lá que, no segundo artigo já dizem o que eu disse, eu não, mas quem sou eu para avaliar a responsabilidade de alguém? Eu disse-o há bocado e volto a dizê-lo, eu hoje entendo que, se calhar, houve alguma desorganização e descontrolo na abertura, o que será avaliado pelos técnicos, por quem sabe disso. Eles vão responder aos queixosos e nós, município, também somos um dos queixosos e irão nos responder concretamente sobre se há responsabilidade ou não há dessa situação, não sou eu que a avalio. O aquecimento (no Centro escolar de Couto de Esteves), não sei se isso está resolvido, pelo menos uma parte, porque anda lá a empresa, mas não sei se já está a funcionar. Em relação ao caminho, já respondi vinte vezes, pelo menos, a isto e não vou responder, sequer. António Carlos, foi uma intervenção de fundo, voltando aos atrasos, não há assim tanta obra com atrasos. No movimento das obras aí, temos aí duas, ou três, com atraso e outras com prazos apertados, mas, neste momento, temos três obras em atraso. A dos pequenos troços está concluída, aí não diz que está concluída, temos as obras da Câmara que foi autorizada uma prorrogação de mais um mês e que será para cumprir esse prazo, que foi pedido mais pelos ensaios e testes à instalação elétrica e às instalações da fibra e net. E o centro escolar é aquilo que nós sabemos, também tem prorrogação e, para já, também está dentro do prazo. Na resposta da zona de fruição, eu enviei os documentos todos de troca de informação entre nós, é assim, o que tem acontecido e se leu isso aí, deve ter notado que os pedidos da APA vão-se alterando, portanto, vão sempre acrescentando alguma coisa. A questão da cartografia e dos projetos é da responsabilidade da EDP, sendo a mesma a responder quanto a essa parte, relativamente às alterações, aos mapas, às plantas e previsão de projeto. Nós estamos a responder aos outros, nomeadamente a essa que surgiu nova, a história do relatório arqueológico cujo pedido só veio agora. O que eles pretendiam antes, e que lhes foi enviado, foi o relatório inicial, o relatório que foi extraído do parecer global da barragem. Eles agora querem um relatório específico, que nós já estamos a tratar de contratar uma equipa de arqueólogos que o faça e o fará, com certeza, rapidamente, mas que custa dinheiro, também. Se mandarmos agora

isto, a seguir vem outra coisa, é incrível mas é daquelas coisas, aliás, já dei instruções, no serviço, que, possivelmente, iríamos arrancar com a obra sem o parecer da APA correndo o risco de eles irem para lá, depois, com coisas, porque, cada vez que se manda uma resposta, eles pedem mais documentos. Diana Paiva, processos judiciais, as mesmas dúvidas, e a senhora doutora Diana está mais habilitada para fazer estas questões, mas eu também as fiz à jurista ontem, algumas notas e até acho que esta informação deixa-me sempre dúvidas em relação a que processo diz respeito. Aquilo que tenho da informação da senhora jurista é que algumas coisas vêm assim do tribunal e são, entre aspas, confidenciais, mas eu tenho que andar a procurar e ver de que processo é que se trata e tenho uma nota aqui em relação a eles todos. Há aí um lapso, efetivamente, no primeiro processo, que é um processo que está resolvido, já saiu a sentença e nós temos de pagar. Isto é um processo de 2006, portanto, com 14 anos. Quase todos os processos são antigos, não estão resolvidos, não sei nada do Tribunal e nós continuamos à espera. Isto é engraçado, porque, como é que um Tribunal anula a sentença de outro. Caleira e entupimento, não sei de que caleiras estava a falar, Diana. Ah, também não há nada disso aí, não há nenhum processo, ainda, concluído em relação a isso. Em relação à intervenção do Elmano, nós não podemos obrigar as pessoas a quererem uma coisa que não querem. Durante anos, fez-se um desfile de Carnaval que era feito com a colaboração da Câmara mas com a aprovação do Agrupamento de Escolas e já há uns anos que não se faz porque o Agrupamento de Escolas entende que não deve meter aquilo no plano de atividades por dificuldades de funcionamento, dos professores terem disponibilidade, ou não, para entrar nisto, e nós não podemos agarrar neles e dizer que têm que o fazer. Da vontade da Câmara? Não houve vontade de acabar com o desfile. Em relação à tradição que o município tinha, em relação ao Carnaval, as tradições mantêm-se. Eu penso que os três locais que faziam o Carnaval continuam a fazer. A Senhorinha acho que faz na mesma, Talhadas e Cedrim fizeram outra coisa qualquer, não fizeram desfile. Quem promovia o Carnaval lá e quem promove nestas situações são as associações desses lugares.-----

Sérgio Silva - Senhor presidente da Câmara, eu já começo a perceber o seu *modus operandi* e, por isso, ontem, tive o cuidado de ir ao centro escolar de Couto de Esteves e perguntar se tinha havido algum desenvolvimento desde a última Assembleia do dia 13 de dezembro, andavam lá os técnicos na altura, e as senhoras que lá estavam disseram “veio cá mesmo hoje o engenheiro da Câmara”. O engenheiro da Câmara esteve, ontem, no centro escolar de Couto de Esteves e eu, então, disse às senhoras “sabem, é que, amanhã, há Assembleia Municipal” e elas disseram “ah pois, já percebemos como é que isto funciona”. A última questão é, ser contra uma barragem é diferente de defender a população no que respeita a impactos negativos e é isso que eu tenho feito, que eu acho que devia ser o senhor presidente, mas basta ver o trabalho que já está feito no que respeita à reposição de caminhos de património e ler o estudo de impacto ambiental e ver o que é que, realmente, o trabalho do anti barragem, que o senhor diz que eu sou, não, há trabalho que está feito e, graças a esse trabalho, que devia ser o senhor presidente da Câmara a fazer.-----

David Alves - Já estamos aqui há quanto tempo? Uma hora ou duas horas.-----

Presidente da Assembleia Municipal – Duas horas passaram, não se esqueça, não começámos à hora e já estamos com dois pontos, não se esqueça disso, também, e a questão é muito simples. Como alguém aqui, há pouco, dizia, o interesse público deve prevalecer em todas estas questões e se os senhores deputados, no tempo a que têm direito, se vêm ao púlpito, colocam questões, o público quer ser informado, os senhores jornalistas querem ser informados, a população do concelho, o senhor presidente da Câmara tinha dez minutos para responder, é verdade, e utilizou quarenta minutos para responder, mas as coisas têm de ser respondidas. Se as pessoas colocam questões, o que é que eu faço? Impeço o senhor presidente da Câmara de responder aos senhores deputados, de esclarecer a população? Eu prefiro que as pessoas saiam daqui devidamente informadas mesmo nós suportando mais trinta ou quarenta minutos neste ponto do que saiam daqui em branco. A

informação ao munícipe tem que ser privilegiada e é este o meu caminho. Já que não há nenhuma intervenção, passaremos, então a votar esta alteração ao regimento e que eu acabei de anunciar.-----

1.2 Regimento – Alteração: - **Presidente da Assembleia Municipal** - Passaríamos ao ponto 1.2, que tem a ver com o regimento de funcionamento deste órgão e uma pequena alteração que os grupos municipais propuseram. Eu peço desculpa por não ter ido para a plataforma nenhuma informação concreta, nós estivemos até à última hora a apurar alguns pormenores, que têm a ver com os grupos municipais, não tem que ver com os presidentes de junta, a única coisa em que se mexe tem a ver com os tempos, com a grelha, os tempos de intervenção de cada grupo municipal e tem que ver com a questão da substituição de um elemento que tenha que faltar e tenha que ser substituído durante um período inferior a trinta dias e só hoje, na reunião de conferência de líderes, foi possível chegar a um consenso. Então, eu passaria a ler o que é que os grupos propõem, depois, se alguém se quiser inscrever para abordar esta questão, faça o favor. Pretendem os grupos municipais alterar o ponto 2 do artigo 7.º (Pedido de substituição) do regimento da Assembleia Municipal, ficando o mesmo com a seguinte redação: "A substituição obedece ao disposto na Lei e opera-se mediante simples comunicação por escrito, do substituído, dirigida ao presidente da Assembleia Municipal, sendo disso notificada a direção do respetivo grupo municipal, a quem caberá proceder às diligências necessárias ao preenchimento da vaga e à distribuição da documentação ao cidadão que o vier a substituir, disso informando a mesa." Com isto pretende-se uma maior responsabilização por parte dos grupos municipais e aligeirar, de certa forma, o processo, também, por parte dos serviços adstritos à Assembleia Municipal. Quanto à questão da grelha de tempos, é uma grelha consensual, informalmente já temos posto em prática nas sessões e que tem que ver com a questão das eleições em Talhadas. Com as eleições em Talhadas passou para o CDS, portanto, isto implicou uma alteração nos tempos nas intervenções. Então, o PS fica com 19 minutos, estamos a falar da grelha B, que é a grelha do período de antes da ordem do dia, o PSD com 17, o CDS com 11, o deputado independente, o senhor presidente da Junta de Couto de Esteves, com 3 e Câmara com 10 minutos. Portanto, é esta a grelha que nós temos utilizado. Alguém se pretende inscrever sobre este assunto?-----

Como não houve inscrições, foi colocado este ponto à votação, tendo o órgão deliberativo aprovado, por unanimidade, a alteração ao Regimento da Assembleia Municipal, com vinte e sete votos a favor dos membros Ana Tavares, Ana Mendes, António Cruz, António Monteiro, António Dias, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Martins, Cipriano Nogueira, Custódio Lima, David Alves, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Pedro Mendes, Renata Marques, Sérgio Silva e Tony Martins. Paulo Lourenço não participou da votação uma vez que não se encontrava presente.-----

1.3 Orçamento Municipal 2020: - O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

Presidente da Câmara Municipal - Na sequência da última Assembleia, em que o orçamento não foi aprovado, ficou, aqui, na altura, o desafio para que conversássemos e tentássemos apresentar uma nova proposta do orçamento e foi aquilo que fizemos, portanto, convidámos os grupos parlamentares e os presidentes de junta para tentarmos chegar a uma proposta diferente para hoje, que aqui se traz. Basicamente, aquilo que ficou acordado foi introduzir algumas ações novas, foi introduzir o plano municipal de saúde e o plano municipal de juventude. Foi, também, proceder a uma alteração na parte dos acordos e das transferências para as juntas e fizemo-lo ao nível do investimento e vimos, também, no orçamento, a possibilidade de execução e de alteração dos acordos para as limpezas que têm que ser discutidas e aprovadas, depois, de acordo com as juntas e com a Câmara, portanto, fica a nota de que vamos entrar nesse processo de renegociação dos acordos com vista à alteração dos valores a transferir na parte das limpezas. Fizemos,

também, seguindo uma proposta do CDS, que era a dos transportes grátis para os alunos até ao final do ensino secundário, já aprovámos em reunião de Câmara e já está integrado no orçamento. Basicamente, são estas as grandes alterações. Em relação às obras, elencámos um conjunto de obras prioritárias e priorizámo-las com cabimentação imediata para que pudessem vir a ser executadas já de imediato. Basicamente são essas alterações propostas para esta nova versão do orçamento.-----

António Monteiro - Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente de Câmara, encontramos-nos aqui, hoje, no dia 28 de fevereiro, a discutir o orçamento que deveria ter sido aprovado antes do final do ano passado e é bom lembrar aquilo que foram as razões que levaram ao chumbo do orçamento. Em primeiro lugar, aquilo que nós chamámos à atenção que foi para a violação da lei do estatuto do direito de oposição e essa lei é uma lei importante porque diz que a Câmara tem que ouvir a oposição antes de apresentar a sua proposta do orçamento e, se a oposição tivesse sido ouvida atempadamente, provavelmente, nesta altura, já o orçamento estaria aprovado e não teríamos que nos encontrar, hoje, aqui, a fazê-lo novamente. Também o Conselho Municipal de Juventude sabemos que é um órgão importante e que tem parecer obrigatório e o CDS foi muito claro relativamente àquilo que eram as suas preocupações para este orçamento. Desde a deliberação da Assembleia Municipal que decidi que o transporte escolar gratuito para os alunos que se encontram a frequentar a escolaridade obrigatória deveria ser uma prioridade do município que nós não entendíamos porque é que a Câmara não avançava com essa mesma proposta. E, não deixamos de registar que, já nesta reunião, se veio, nomeadamente da bancada do PS, que sempre apresentou muitas dificuldades em relação à concretização desta mesma proposta, já veio propor, agora, também, para os alunos que andam a estudar na universidade exista transporte. É evidente que nós sabemos que esta é uma componente fundamental para a fixação das populações. Senhor presidente, eu confesso que tomei boa nota do facto de ter avançado, finalmente, com a questão do transporte escolar gratuito, mas, não posso deixar de colocar uma interrogação, é que, se o transporte escolar passa a ser gratuito, porque razão é que aparece, no orçamento, uma receita de dezassete mil euros relativa ao transporte escolar que ainda se mantém. Essa verba deveria ter sido corrigida, deveria ter sido eliminada do orçamento. Bem sei que é uma receita e as receitas são importantes para a despesa, mas isso vai-me levar a um outro ponto, mais à frente. Dissemos, também, que era importante aumentar as dotações para as juntas de freguesia e, tanto quanto apurámos junto de alguns presidentes de junta, esse caminho foi objeto de evolução. É evidente que, nunca há a satisfação plena a todas as reivindicações, mas, não deixamos, também, de registar isso mesmo. Por fim, uma das condições que nós tínhamos colocado para este orçamento é que houvesse maior transparência no orçamento e que, em vez de termos obras a cinco euros em que sabíamos todos que era impossível concretizar essas obras e eram obras para todas as freguesias, se soubesse, claramente, quais são as obras que a Câmara se compromete a executar este ano e que pudéssemos avaliar a Câmara pela sua concretização e não pela jiga joga de andar a fazer alterações orçamentais em que se comprometia, no orçamento, com uma obra para, depois, a meio do ano, ou no final do ano, retirar o dinheiro dessa obra para fazer outra obra. Registamos que passou a haver um pouco mais de esforço nessa concretização dessas mesmas propostas. Agora, não deixamos de ficar preocupados e queremos reiterar essa mesma preocupação porque a solução que acabou por ser a solução que a Câmara nos apresenta perante esta Assembleia, hoje, foi de aumentar o volume total do orçamento. E aumentou como? Com mais receita, é evidente. A questão é que, a preocupação que passamos a ter é que, com a concretização dessa mesma receita, a fiscalização, por parte da Assembleia Municipal, sobre se, efetivamente, essa receita existe, e também, como é evidente, e ainda há pouco chamámos a atenção, nós já percebemos que há sobrevalorização da receita, nomeadamente, com estes dezassete mil euros que não deviam estar lá e, evidentemente, passaremos a fazer uma fiscalização mais exaustiva do orçamento nesse ponto da receita. Também quero deixar um outro alerta. Nós registámos

o esforço que foi feito, pela Câmara, de chegar a um acordo com as freguesias, e se isso tiver influência, neste momento, na votação que o CDS vai ter, neste orçamento, também tem uma consequência para o futuro e que não quero deixar de alertar a Câmara. É que, a posição do CDS, nos orçamentos anteriores, foi a de votar contra o orçamento e depois dizer que as alterações, uma vez que o orçamento era responsabilidade exclusiva da Câmara, nas alterações orçamentais, em princípio víamo-las apenas como um documento de gestão em que a Câmara ia ajustando de acordo com aquilo que era as suas prioridades. Neste momento, tendo este orçamento sido negociado com a oposição, as alterações orçamentais deixam de ser um mero instrumento de gestão e passarão a ser avaliadas caso a caso porque, evidentemente, se a Câmara assume um compromisso com a oposição, de fazer um determinado investimento, nós, pela nossa parte, não aceitaremos que esse compromisso seja incumprido a meio ou no final do ano, portanto, fica, também, o aviso feito à Câmara.-----

Tony Martins - Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restantes membros da mesa, Senhoras e senhores Deputados Municipais, Senhor Presidente da Câmara e restantes membros do executivo, Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, Minhas Senhoras e meus Senhores, Comunicação Social aqui presente. Foi com agrado que constatamos as audiências aos diversos órgãos constituintes da Assembleia Municipal relativamente ao orçamento Municipal de 2020. Olhando para o documento agora em análise, registamos que as propostas apresentadas pelo grupo parlamentar do PSD foram parcialmente atendidas. As propostas centravam-se em três eixos distintos: obras, acordos de execução e estratégia de desenvolvimento. Em relação a obras, registamos que foram cabimentadas as obras consideradas prioritárias pelas Juntas de Freguesia e executivo camarário, as quais, esperamos que realmente sejam concretizadas e no prazo estipulado conforme previsto neste documento. Relativamente aos acordos de execução entre Câmara Municipal e Juntas de Freguesia, assunto que desde sempre defendemos nesta Assembleia Municipal, registamos com agrado a negociação do reforço de verbas para as juntas, no entanto, estes acordos não foram fechados antes da apresentação deste orçamento, conforme proposto por esta bancada. Como dissemos na última Assembleia Municipal, a bancada do PSD tem procurado sempre o entendimento e apoiar as medidas do executivo que visem o desenvolvimento do nosso concelho. Contudo, sabemos que foi salvaguardado pelo executivo a análise e discussão dos atuais acordos com as juntas de Freguesia. Quanto à estratégia, registamos que foram incluídas e cabimentadas no orçamento a criação do Plano Municipal de Saúde e o Plano Municipal de Juventude que são dois importantes pilares para o desenvolvimento do nosso concelho, embora com uma verba que consideramos insuficiente, encaramos como um ponto de partida para a implementação do mesmo. Queremos, no entanto, explanar que a falta de observância ou alteração de qualquer das condições até agora acordadas serão por nós analisadas individualmente e poderão condicionar a decisão e o sentido de voto desta bancada no futuro, entretanto, iremos abster nesta votação.-----

Sérgio Silva - Obrigado senhor presidente, eu queria começar por dizer que, enquanto houverem perguntas por responder e assuntos por resolver, eu não deixarei de colocar, aqui, questões nesta Assembleia e não será esta mesa que se irá opor a isso, senhor presidente. Relativamente a este assunto, gostaria de começar esta intervenção com a leitura do primeiro parágrafo do e-mail que o senhor presidente da Câmara enviou a todos os membros desta Assembleia e que dizia assim: “Na sequência das reuniões que tivemos com os vários elementos da Câmara e Assembleia Municipal, pertencentes às bancadas do PSD e CDS e ainda com todos os Presidentes de Junta, após a não aprovação da proposta de Orçamento para 2020, foram apresentadas algumas alterações aos documentos, tendo em conta as propostas de todos os participantes e compilados novos documentos com vista a uma futura aprovação”. Ora bem, tudo o que se passou desde a última Assembleia Municipal até hoje, leva-me a crer que este executivo e bem ouviu e aceitou as propostas dos presidentes de junta e das bancadas da oposição, esquecendo-se de ouvir a sua própria

bancada. Relativamente aos contributos, foram realmente estruturantes, pelo vou aqui nomeá-los e parece-me que fazem este orçamento ainda melhor, são contributos estruturantes, importantes e prioritárias, (*mas que falta saber se realmente o executivo as vai concretizar ou não*), e até dá a impressão que este novo orçamento é o orçamento das propostas do PSD, do CDS e dos presidentes de junta, basta olhar com olhos de ver para os novos documentos e ter ouvido as palavras no início do ponto, por isso, pergunto: Onde é que estão as propostas da bancada do PS? É que com tudo isto até dá a entender que agora a bancada do PS apenas serve para vir aqui levantar o braço em todo este processo. E deixem-me dizer-vos que hoje nem me admiraria que o PSD e o CDS vos dessem mais uma oportunidade e viabilizassem este orçamento, ficando admirado que, realmente, a bancada do PS vote favoravelmente este orçamento, que não é mais do que as propostas dos presidentes de junta, do CDS e do PSD.-----

António Dias - Obrigado senhor presidente. Em relação ao orçamento municipal para 2020, as autarquias devem resolver as prioridades correntes, educação, saúde, bem-estar, entre outras. O que acontece é que, o orçamento que nos foi apresentado, no dia 13 de dezembro, não continha aquilo que, pelo menos em relação ao CDS, era o aceitável. Por isso, decidimos votar contra. Atualmente, temos aqui a coapresentação deste orçamento, foram aumentadas as despesas de capital de 4 000 000 euros para 5 400 000 euros, dos quais, 180 000 euros para as freguesias e várias obras de melhoramentos, há muito solicitadas pela oposição. Em relação à bancada em particular, a proposta cabia ao senhor presidente da Câmara, foi para melhorar o orçamento através do aumento do investimento direto para as freguesias e fico contente por ter sido aceite. Claro que queria mais dinheiro, como é óbvio, mas, dentro das possibilidades, sei que o dinheiro é curto, portanto, por essa parte, sinto que, realmente, a minha opinião e a opinião do CDS, foi aceite. Agora, analisando o orçamento rubrica a rubrica, portanto, para 2020, freguesia a freguesia, mais uma vez se constata que foram cativadas despesas por forma a serem executadas no próximo período pré-eleitoral autárquico. Eu pergunto, é mais fácil perguntar o que é que foi executado do que não foi executado nos anos anteriores e espero, aqui, sinceramente, até pelo que o senhor presidente da Junta do Couto disse, que este orçamento não volte a ser objeto de várias retificações orçamentais, ou seja, tirar de umas freguesias para dar a outras, isto é o que espero, até porque, em dezembro, e entristece-me isto, no Couto de Esteves, havia mais uma retificação orçamental que foi chumbada e que era de, sensivelmente, 1 000 000 euros. Eu tenho curiosidade de ver, e digo isto em primeira mão, na prestação de contas são dez por cento de orçamentação que foi incumprida, ou seja, isto vai ser o descalabro. E porquê? Porque não foi votada essa retificação orçamental. Agora, gostaria aqui, senhor presidente, de ver plasmado, neste orçamento, duas obras ou melhoramentos que vão ser executados na freguesia de Talhadas em 2020. Já agora, tenho aqui, portanto, em termos contabilísticos, e sou economista de formação mas sou contabilista de profissão, o meu colega Dr. António Monteiro já falou, quero aqui vincar bem isto, até porque isto é uma incorreção, vocês estão a suportar os transportes escolares, muito se calhar por fruto de termos chumbado o orçamento em 13 de dezembro, e continua a aparecer cá a rubrica com 17 870 euros. Este valor está afeto a que despesa? É importante sabermos isto. Esta receita está afeta a uma despesa, portanto, se retirar esta receita retira uma despesa. Sei que é pouco, mas, se calhar para o bolso da maior parte de nós, é muito. Já agora, oiço falar em transportes para a universidade. Eu estive a ver atas anteriores e o porta-voz do PS, na altura, falava que ainda havia turmas mistas, por exemplo, em Paradela, e tenho crianças, em Talhadas, a sair às sete da manhã de casa e a chegarem às dezoito, o que é triste, é muito mau, e querem mais transportes para quê, para continuar tudo mal? Mais vale pouco e bom do que muito e fraco. Pelo menos que resolvam o que têm, para já, para resolver. Não haja mais confusão do que o que temos. Da nossa parte, vou votar em função da posição do partido CDS e claro que me sinto, entre aspas, contente pelos 25 000 euros, portanto, não é quadruplicar, é quintuplicar, mas senhor presidente, pense, porque as freguesias não são todas iguais. Falo

aqui pelos meus colegas e tenho respeito por eles e aceito, mas, se calhar, no futuro, deve-se pensar equitativamente.-----

José Almeida - Boa noite mais uma vez. Eu não era para intervir neste ponto, mas, o presidente da junta do Couto gosta de manter aqui um certo drama e, por isso, vou intervir porque nós até tínhamos intenção de ceder o nosso tempo à Câmara Municipal porque tantas são as perguntas que a oposição coloca, que ele necessita de mais tempo para responder. Para, de alguma forma, atender à solicitação do senhor Sérgio, sobre o orçamento apenas temos a dizer que as consequências de não ter um orçamento aprovado pela Assembleia Municipal são, sobretudo, políticas, porque, em termos práticos, do ponto de vista da gestão autárquica, não é drama nenhum, na medida em que é possível encontrar os meios adequados para dar seguimento às atividades da Câmara. Com certeza que sabem isso. A Câmara continuaria a funcionar e a pagar aos funcionários e a dar apoio às instituições e entidades com quem se relaciona com aquilo que estava inscrito no último orçamento aprovado. Até podia ser de há dois anos. Quanto às nossas propostas, e para responder, mais uma vez, às preocupações do Sr. Presidente da Junta de Freguesia do Couto, são feitas em local próprio, preocupe-se com as suas que nós tratamos das nossas. Pois não podemos ser todos a fazer crescer o orçamento da despesa sem nos preocuparmos com as receitas. Aproveito para informar, mais uma vez, que o tempo que resta ao nosso grupo é cedido à Câmara Municipal.-----

Presidente da Assembleia Municipal - Antes de prosseguirmos queria dizer uma palavra ao senhor presidente da Junta de Freguesia de Couto de Esteves. Mais uma vez, perdeu uma boa oportunidade, com todo o respeito, de estar calado quando veio aqui ao púlpito, porque, se eu, há bocado, acabei de referir que, embora excedendo o tempo, o importante é informar a população, era colocar as questões, se eu o deixei vir ao púlpito, se eu o deixei intervir, se deixei, se calhar, contra a vontade de alguns acabou por chegar ao fim da sua intervenção colocando questões que já colocou vinte vezes, que já foram respondidas pelo senhor presidente da Câmara, mas que a gente percebe que há aí um tom acintoso e provocador ao senhor presidente, portanto, não venha cá dizer que eu não estou a agir de acordo com os padrões da democracia e da liberdade. É por aqui que eu me pauto. Provavelmente haverá gente que não fica contente porque queria que cortasse a palavra ao presidente ou do PS que cortasse a palavra à oposição, mas, para mim, aqui não há Câmara, não há PS, não há oposição, aqui há severenses. Nós somos todos de Sever do Vouga e às vezes dá-me ideia que vêm aqui ao púlpito fazer um bocadinho de politiquice e é isso que eu não quero. Eu quero que seja aquilo que está a ser discutido e não venham cá dizer que isso tem um objetivo de salvar Sever do Vouga ou Couto de Esteves. Às vezes dá impressão que estamos aqui num espetáculo de ilusionismo, de politiquice, preparando atos políticos futuros e é isso que eu não quero. Provavelmente, nem sequer cá estarei no próximo mandato, portanto, deixem-me terminar o meu mandato de forma tranquila regendo-me sempre pela democracia, pelos princípios democráticos que o meu pai me ensinou, um homem do 25 de abril, portanto, não venham para aqui agora com ideias de que eu não cumpro com a democracia. Quem me conhece sabe que é, precisamente, ao contrário. Eu não amordaço ninguém, eu não calo ninguém, mas há regras, obviamente. Mesmo sabendo que não agrado totalmente à esquerda nem à direita, desde que agrade aos severenses e às pessoas que votaram em mim e votaram em nós, é isso que é o mais importante, portanto, não venham para cá com lições de democracia em próximas oportunidades. Por favor, a mim cabe-me reger os trabalhos, eu não sou jurista, não sou nenhum especialista na matéria, faço a gestão dos trabalhos como bem entendo mediante os meus princípios de humanismo e do respeito pelos outros. E é assim que eu quero que continue a ser.-----

Presidente da Câmara Municipal - Antes de mais, queria agradecer a cedência do tempo, mas não vou precisar dele. Registei aqui as notas, relativamente à discussão do orçamento, portanto, foi apresentado aquilo que foi o fruto das várias reuniões que tivemos e parece que objetivas as bancadas e que as apresentaram foi exatamente assim que se passou e

estamos conscientes daquilo que é o novo orçamento com estas alterações e é o que pretendemos cumprir daqui para a frente tal e qual como nas revisões como é óbvio. As revisões são conversadas e aprovadas antes, aliás, todas as revisões vão à Câmara Municipal primeiro e só depois é que vêm à Assembleia por isso nunca as camuflámos nem as escondemos e cumprimos sempre com as normas orçamental.-----

Deliberação: No uso da competência dada através da alínea a) do n.º 1, do artigo 27º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, foram apreciados e votados os documentos previsionais para o ano económico de 2020, cujo Orçamento de Receita e Despesa é de € 12 700 000,00 (doze milhões, setecentos mil euros), estando os recursos previstos devidamente evidenciados no orçamento de receita, para aplicação e alcance dos referidos objetivos definidos no orçamento de despesa, que deve ser conjugado com os restantes documentos apensos. No documento apresentado, para além das justificações apresentadas quanto à previsão da receita e despesa, são apresentados, também, os demais documentos previsionais referidos no ponto 2.3, do POCAL, aprovado pela Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro (alterado pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 4 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 315/2000, de 12 de fevereiro, Lei n.º 162/99, de 14 de Setembro e Lei n.º 60-A/2005, de 30 de Dezembro), designadamente, as Grandes Opções do Plano, com os vários projetos e ações dotadas para 2020 em € 6 800 000,00 (seis milhões, oitocentos mil euros), que compreende o Plano Plurianual de Investimentos com um total definido de €5 400 000,00 (cinco milhões, quatrocentos mil de euros) e o Plano de Atividades com o valor definido de €1 400 000,00 (um milhão, quatrocentos mil euros).-----

O Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2020 e respetivas autorizações acima identificadas foram aprovados, por maioria, com catorze votos a favor dos membros Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Martins, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques; treze abstenções dos membros Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Paulo Lourenço não participou da votação uma vez que não se encontrava presente.-----

1.4 Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental: - Foi presente o Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental, que estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro, da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, com as respetivas alterações, constituindo estes diplomas legais, no seu conjunto, o quadro normativo aplicável à elaboração e execução do Orçamento Municipal.-----

Colocado este ponto à votação, o órgão deliberativo aprovou, por maioria, o Regulamento Municipal para a Elaboração e Execução Orçamental, com catorze votos a favor dos membros Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Martins, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques; treze abstenções dos membros Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Paulo Lourenço não participou da votação uma vez que não se encontrava presente.-----

1.5 Responsabilidades Contingentes de 2019: - O órgão deliberativo tomou conhecimento do relatório das responsabilidades contingentes, elaborado nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 46º da Lei n.º 75/2013, de 3 de setembro, que acompanha os documentos da prestação de contas.-----

1.6 Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais: - Considerando o facto de a estrutura orgânica dos serviços municipais, aprovada em 2013, necessitar de um ajustamento às modificações que ocorreram, entretanto, designadamente ao nível do funcionamento dos

serviços, atentas as exigências atuais, a Câmara Municipal apresentou a revisão da mesma. O presidente da Assembleia Municipal abriu um período de intervenções, tendo-se registado as seguintes:-----

Presidente da Câmara Municipal - A estrutura orgânica que se apresenta aí tem a ver com algumas alterações aos serviços, criação de gabinetes e de divisões que não existiam, o agrupamento de determinadas áreas municipais em determinados grupos e gabinetes, portanto, no fundo, o que se pretende é tornar a Câmara mais eficaz e mais eficiente, também melhorando, assim, algumas equipas, reagrupando outras e criando, também, alguns lugares de chefias intermédias ao nível dos vários serviços. Reorganizar os serviços nas suas várias componentes.-----

Ana Mendes – Excelentíssimo senhor presidente e secretário da mesa da Assembleia Municipal, excelentíssimo senhor vice-presidente e vereadores, excelentíssimos membros da Assembleia Municipal, minhas senhoras e meus senhores. Tenho duas primeiras notas antes de entrar, propriamente, na minha intervenção, a primeira é reiterar os agradecimentos ao senhor presidente da Junta porque acho que, de facto, fomos muito bem recebidos. Pode ser uma linha de orientação para o executivo e para os próximos presidentes de Junta. Quero, também, dar um cumprimento muito especial ao nosso colega José Luís é com grande agrado que o vemos retornar aqui, a esta casa, sempre com palavras tao assertivas e sábias e, de facto, dizer-lhe que é um enorme gosto tê-lo a liderar a nossa equipa e que estamos todos a torcer que assim continue até que este mandato termine e o futuro a alguém pertencerá, mas que consiga acompanhar-nos nesta próxima jornada. Aproveito, também, e uma vez que entramos no novo ano, para desejar a todos nós um ano com muitas conquistas e sucesso. Efetivamente, as metas só se conseguem alcançar com muito trabalho e dedicação e o Executivo tem consciência que, este ano, será um ano de grandes e arrojados desafios para atingir os objetivos que se propôs, e também, um ano de árdua luta no caminho a percorrer até lhe serem confiadas as novas incumbências. É por isso com grande satisfação que vemos a nossa Câmara Municipal reorganizar-se, reestruturar-se, preparar-se para a missão que lhe está confiada e que, fruto da transferência de competências da administração central, irá crescer, de forma acentuada, já em 2021. Além das inúmeras competências atribuídas às autarquias, a breve prazo, ser-lhe-ão confiadas muitas outras, em relação às quais não dispõe de conhecimentos e experiência; por tal razão, importa redistribuir e delegar tarefas, definir com clareza áreas de atuação e imputar responsabilidades, para que, de modo assertivo, seja capaz de dar resposta às questões que lhe estão e estarão cometidas. Uma Câmara Municipal, tal como uma empresa, não necessita de recursos em excesso, mas precisa dos meios necessários para fazer funcionar a estrutura, precisa de uma equipa quantitativa e qualitativamente coesa e eficiente para alcançar resultados. Todos queremos uma Câmara Municipal atenta aos seus municípios e ao seu território e por isso é com grande regozijo que vemos a nossa Câmara Municipal moldar-se à realidade que vivemos e preparar-se para os novos desafios que se avizinham.-----

António Monteiro - Muito obrigado senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara. Eu confesso que, quando vi uma proposta de reorganização de serviços, a minha primeira reação era a de fazer uma avaliação, há uma maioria, há uma Câmara que governa, e, em princípio, deve ser dada a essa Câmara a faculdade de se organizar de forma a alcançar os objetivos que se propõe alcançar, portanto, a organização dos serviços, vejo muito como sendo uma prerrogativa da Câmara que se encontra em funções em cada momento. No entanto, comecei a olhar a proposta com um propósito e confesso que comecei a ficar preocupado e acabei por ficar preocupado porquê? Porque, na realidade, se olharmos para aquilo que é a estrutura que nos é proposta, temos um Diretor de Departamento do chamado 2º grau e 28 dirigentes de 3º grau, 23 dirigentes de 4º grau, o que dá um total de 52 dirigentes. Ora, eu fui olhar o quadro de pessoal da Câmara em 2019 e nós temos 115 funcionários. Depois, fui ver o que é que se propunha para 2020 e são 138. Ora, vocês conhecem bem aquela expressão do “são muitos chefes para tão

poucos índios”. E, quando olhei para aquilo que é a conta em relação a 2019, se tirar 52 dirigentes aos 115 funcionários dá 63, portanto, nós temos 52 chefes para 63 funcionários e digamos que é pouco mais de um índio por cada chefe. Se olharmos para os 138 propostos para 2020, dá 86 índios, perdoe-se a expressão, o que não dá 2 índios para cada chefe. Portanto, com toda a franqueza, acho que há aqui qualquer coisa que não está a bater certo. Não está a bater certo que, num município com este número de funcionários e com a dimensão que tem Sever do Vouga, haja tanto chefe para tão poucos índios. Mais, se olharmos para a informação escrita que o senhor presidente da Câmara apresentou, nesta Assembleia Municipal, se olharmos para as despesas com pessoal, vemos que, no ano de 2019, elas aumentaram 10%. Nós estamos a comprometer aquilo que é a capacidade operacional do município se formos, cada vez, aumentar com este tipo de percentagem. Portanto, confesso que, se a minha primeira reação era a de dizer “bom, é uma prerrogativa de quem governa organizar-se”, desculpem, mas isto é demais, portanto, como é evidente, a menos que haja uma explicação que seja convincente, não é possível aceitar esta organização dos serviços, com toda a franqueza.-----

Presidente da Câmara Municipal - Começo já por aqui. O que está aí, efetivamente, são esses lugares todos que se pretende criar. A estrutura é criada com as componentes todas e a grande maior parte desses lugares não são para abrir ainda, são para abrir quando chegar a altura, nem tínhamos capacidade para os poder abrir todos de repente. Portanto, é criada a estrutura, alguns destes lugares não existem sequer, são na perspetiva de que venham a existir. Quanto aos tais lugares de chefia intermédios, não vamos abrir trinta e tal concursos, estão criados os lugares para depois ser faseado o seu preenchimento, alguns serão criados já, conforme estão executados, mas a estrutura é aquilo que se prevê, para o futuro, em termos de serviços, não é para, no final deste ano, termos esses lugares todos ocupados. Nada disso, não é por aí. A previsão de custos estão longe daquilo que o senhor aponta. Nós temos, neste momento, uma estrutura de custos com pessoal que é de cerca de 20%, portanto, houve aumento explicado, o tal aumento de 10% está explicado, foi com o reposicionamento das carreiras, os senhores sabem que as carreiras estiveram paradas uma série de anos e quando houve reposicionamento houve, realmente, um aumento dos custos com o pessoal, justificado por aí. Ainda assim, nos custos com o pessoal, estamos muito aquém do que é o habitual por aí, portanto, consumimos do orçamento cerca de 20%, em muitos municípios é de 48% e até 52%. Podem ficar à vontade que não é isso que vai afetar gravemente o orçamento. A estrutura é o esqueleto da coisa que construímos para que possa vir a ser, em alguns espaços, dessa forma, mas, não é abrimos 52 lugares de chefias intermédias, algumas delas, não têm alteração nenhuma, é uma questão mais estatutária, mais de posição porque, alguns, licenciados, por exemplo, ganham, já, tanto como podem vir a ganhar como dirigentes e as aproximações são pequeníssimas, portanto, em termos de ajustamentos há dois ou três, os de terceiro grau, por exemplo, tem alguma diferença, daí para baixo, é uma questão de posição e de responsabilidade e é, principalmente, uma das formas que pretendemos fazer com esta reestruturação, é que se crie responsabilidades nos serviços e que alguém seja responsável pelas coisas, porque, há serviços que têm várias pessoas em que não há um responsável, por assim dizer, dos serviços, portanto, é basicamente por aqui. Em termos de orçamento, estejam à vontade que não é isso que vai complicar o nosso orçamento mesmo com essas mudanças todas que possam vir a ser feitas e que serão faseadas, os concursos serão abertos ponderadamente. --

António Monteiro - Muito obrigado senhor presidente da mesa. Senhor presidente da Câmara, com toda a franqueza, gostava de ter tido outra resposta porque, confesso que a sua resposta não me tranquiliza, porque, se a resposta é, no fundo, vou procurar resumir não levem a sério esta proposta porque vamos fazer isto suavemente e sem dor para ver se ninguém repara. Com toda a franqueza, essa resposta não nos tranquiliza. Em segundo lugar, quando se utiliza a expressão “muitos chefes para tão poucos índios”, essa expressão surgiu para designar um estado de confusão e desorganização e se o senhor presidente nos diz que, na realidade, na prática, é mesmo isso que vai acontecer, porque é uma questão de

dar estatuto, é dar, assim, umas chefias, com tanta chefia, o risco é mesmo da desorganização no município porque, quando todos mandam, ninguém manda. Portanto, o risco desta organização é a inoperacionalidade da Câmara e, senhor presidente, digo-lhe uma coisa, com toda a franqueza, se uma das poucas, que nós concordamos e elogiamos, é pela forma como tem o município de Sever do Vouga organizar em termos de custos com pessoal, se aquilo que o senhor presidente quer é estragar das poucas coisas que nós conseguimos elogiar é o facto de ter a despesa com o pessoal contida, o que permite libertar mais dinheiro para investimento junto das populações, se aquilo que o senhor presidente quer é estragar isso com esta reorganização e com aquilo que é o aumento da despesa com o pessoal, é evidente que nós não podemos concordar. Portanto, confesso que as explicações que o senhor presidente nos ofereceu, com toda a franqueza, não nos tranquilizam, antes pelo contrário, agravam a nossa preocupação e repito os números. Estamos a falar de 52 chefias e, se olharmos para os números de 2019, 52 chefias para 63 pessoas que serão comandados por esses 52 chefes. E mesmo com os números de 2020, estamos a falar de 52 chefias nem para dois funcionários, portanto, como é óbvio, não podemos concordar com esta reorganização.-----

Presidente da Câmara Municipal - O senhor entendeu como quis entender. Aquilo que eu disse foi, não é com isto que vamos abrir esses lugares todos. Estão os lugares criados aí para serem parcialmente abertos. O que pretendemos, aqui, assegurar, é a responsabilização daqueles que estão, é óbvio que também iremos valorizar a sua responsabilidade mas isso ainda fica muito aquém daquilo que é a estrutura e está definida assim para, ao longo dos anos, tendencialmente, ser cumprida. Não é isso que vai acontecer, porque, alguns lugares desses nem sequer existem na Câmara, ainda, não estão criados agora.-----

José Almeida perguntou se tinha lido o número 6 do artigo 8º do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais, que refere: “O número máximo de subunidades orgânicas flexíveis, cuja futura criação dependerá de deliberação da Câmara Municipal, é de:”.-----

Seguidamente, passou-se à votação.-----

Catorze votos a favor - Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Martins, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Nove abstenções - António Cruz, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

Cinco votos contra - Ana Tavares, António Dias, António Monteiro, Edite Rodrigues e Pedro Mendes.-----

Deliberação: O órgão deliberativo aprovou, por maioria, a revisão da estrutura orgânica dos serviços municipais. Mais deliberou, por maioria, o seguinte:-----

- a) O modelo de Estrutura Hierarquizada, que se mantém constituída por uma unidade orgânica nuclear – Departamento Administrativo e Financeiro;-----
- b) A criação das unidades orgânicas flexíveis, dos diferentes gabinetes de apoio à Câmara Municipal e definir as atribuições e competências, de acordo com os limites a fixar pela Assembleia Municipal e constantes da alínea seguinte;-----
- c) Que sejam fixados em 28 o número de gabinetes (unidades orgânicas flexíveis de 3º grau) e em 23 o número de serviços (subunidades flexíveis do 4º grau);-----
- d) O regulamento de Organização dos Serviços Municipais que inclui, também, o Anexo A e o Organigrama.-----

1.7 Mapa de Pessoal de 2020: - Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 3 de setembro, a Assembleia Municipal aprovou, por maioria, o Mapa de Pessoal para 2020, elaborado de acordo com o previsto na alínea o) do n.º 1 do artigo 25º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

Catorze votos a favor - Ana Mendes, Beatriz Soares, Carlos Tavares, Cesário Martins, Custódio Lima, David Alves, Iolanda Matos, José Sousa, José Almeida, Júlio Fernandes, Luís Pedro, Mariana Bastos, Mário Silva e Renata Marques.-----

Catorze abstenções - Ana Tavares, António Cruz, António Dias, António Monteiro, Cipriano Nogueira, Diana Paiva, Edite Rodrigues, Elmano Silva, Patrícia Santos, Paula Coutinho, Paulo Lourenço, Pedro Mendes, Sérgio Silva e Tony Martins.-----

1.8 RIVD – Relatório 2019 e Plano de Ação 2020: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Avaliação do Plano de Ação da Rede de Intervenção na Violência Doméstica de Sever do Vouga de 2019 e Plano de Ação para 2020.-----

1.9 CPCJ – Relatório 2019 e Plano de Atividades 2020: - A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Atividades do ano de 2019 e Plano de Atividades para o ano de 2020 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sever do Vouga.-----

1.10 Afetação ao Domínio Público: - Na sequência da anexação dos prédios adquiridos para implantação do Centro Escolar de Sever do Vouga, verificou-se sobrar uma parcela de 136m². Assim, a Assembleia Municipal aprovou, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor dos membros presentes, que essa parcela seja integrada no domínio público municipal.-----

1.11 A25 – Moção pela Abolição de Portagens: - Foi apresentada a seguinte moção assinada pelo presidente da Câmara Municipal:-----

A25 – Moção pela Abolição de Portagens – A construção da autoestrada A25, sem custos para o utilizador, veio contribuir substancialmente para quebrar um ciclo de desvitalização económica e social. Estas autoestradas, colmatando problemas da rede viária que, há décadas, se verificavam, permitiram a localização de novas empresas, reduziram custos de interioridade, encurtaram a distância entre o norte e o sul, aproximaram as localidades do interior entre si e do litoral e contribuíram para estruturar o território e melhorar a coesão económica e social do país. A não aplicação de portagens nas chamadas SCUT foi sempre justificada com a necessidade de compensar as regiões do interior do país com medidas de discriminação positiva, tendo em conta as manifestas assimetrias regionais existentes. A A25, com quase duzentos quilómetros de extensão, não tem uma real alternativa na rede rodoviária nacional, o que faz com que a introdução de portagens nestas vias tenha representado uma dupla discriminação das regiões do interior. Por ser fundamental para o desenvolvimento regional, por não ter alternativa viável e por imperativo de justiça, não deve ser portajada esta via.-----

Presidente da Assembleia Municipal - Há pouco reuni com os líderes dos vários grupos municipais e concordámos todos que a redação correta seria para conhecimento, portanto, esse ponto é apenas para conhecimento.-----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do conteúdo da moção.-----

-----**Período destinado ao público**-----

Neste período da ordem de trabalhos, foi concedida a palavra a: -----

Albino Coutinho Leitão, residente em Irijó, Rocas do Vouga - Muito boa noite, mais uma vez, venho pedir ao senhor presidente para resolver o problema da Travessa do Casal, em Couto de Esteves, que já ando a falar nisto desde 2013 e ainda não mo resolveu. Eu acho que já era tempo de mandar tirar aquele muro que fizeram, a tapar o caminho. Falaram aqui em ajudar a terceira idade. Existe lá uma senhora deficiente que, eu até poderei ir primeiro, mas, estão à espera que o pessoal morra para, depois, arranjar o caminho. Achava que já está mais do que, eu não precisava de dar os papéis que fui buscar às finanças, as confrontações dos terrenos está dito que a confrontar o que está lá, quando foi feito o registo daqueles terrenos, eu ainda não era nascido, já lá vão 65 anos feitos e eu toda a vida lá passei, portanto, a Câmara passa com a água para abastecer o publico. O meu pai pagou à Câmara licença para passar com um tubo da água para consumo dele. Eu, agora, tenho que pedir à GNR escolta para ir lá reparar o meu cano que está rebentado. Quero ver se a Câmara põe definitivamente, se é público ou não. Não sei se estão à espera que eu vá desta para melhor, que eu desista das casas onde eu nasci, que eu queria fazer

melhoramentos e não posso fazer, porque queria uma entrada e uma saída, que era o que estava. Melhorou-se lá, que andou lá a AdRA a fazer nova tubagem, em sentido contrário e agora vêm dizer que tenho que pagar o excesso que passou. Eu queria ver isso resolvido.

António Rocha, de Pessegueiro do Vouga - Boa noite senhor presidente da mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, senhores deputados, minhas senhoras e meus senhores. Agradeço a oportunidade de pôr, aqui, duas questões. Gostava de saber quando é que o muro, que está a suportar o estacionamento onde está implantado o pavilhão pré-fabricado da Junta de Pessegueiro, quando é que ele vai ter alguma intervenção para que deixe de estar em ruínas, pois já caiu aos bocados e continua a cair. Outra situação, eu gostaria de saber porque é que a ETAR, elaborada há tão pouco tempo, já não comporta tantas cisternas das fossas, despejadas, diariamente, nas condutas, e que provocam cheiros intensos. Nas nossas casas temos de ter sempre as janelas e portas fechadas e, mesmo assim, é um cheiro nauseabundo.-----

Eduardo Guerra, de Pessegueiro do Vouga - Antes de mais, boa noite a todos. O meu nome é Eduardo Guerra, sou morador em Pessegueiro do Vouga, venho aqui expor a minha situação que já foi, na altura, relatada ao presidente da Junta de Freguesia de Pessegueiro do Vouga. Estamos a falar da rua que vem de Sever do Vouga para o Poço de Santiago, e vai encontrar nessa estrada dois cruzamentos. Para muita gente que aqui está, se calhar não os conhece e quem mora lá tem sempre o mesmo problema. Eu, como morador daquela rua, acontece que, existe um corte quem vai para a zona do Cristelo e um corte que vai para a Rua da Antiga Câmara Municipal, que é a rua em questão. Ao sair dessa rua há um espelho que, de manhã, está todo embaciado. Não há visibilidade e a pé é ainda mais complicado. A minha sugestão seria colocar uma lombas para permitir que, pelo menos, alguém abrande. Foi colocada uma iluminação luminosa de 50km/hora, nos dois sentidos, houve lá um acidente e a sinalização teve de ser retirada.-----

Presidente da Câmara Municipal - Estamos a considerar avançar com isso rapidamente, está feito o estudo dos sítios, não será, provavelmente, só aquela, terá que levar noutros locais. Em relação aos outros pedidos de esclarecimentos, irei responder por escrito.----- Nada mais havendo a tratar, deu-se como concluída esta sessão, cuja ata em minuta foi aprovada, por unanimidade, no final, para produzir efeitos de imediato, tendo sido elaborada a presente ata, que vai ser assinada pelo presidente deste órgão e por mim, Luís Figueiredo Martins, funcionário designado para o efeito, que a redigi.-----